



Mestrado em Economia
Especialização em Economia Industrial

Marlene Oliveira Cardoso

Estado Social e desigualdade: Austeridade e Crescimento Económico nos Países da Periferia Europeia.

Trabalho de Projeto Orientado Por:
Professora Doutora Marta Simões
2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC

FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Marlene Oliveira Cardoso

Estado Social e Desigualdade: Austeridade e Crescimento Económico nos Países da Periferia Europeia.

Trabalho de Projeto do Mestrado em Economia, na especialidade em Economia Industrial, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

COIMBRA, 2015

Orientado por: Doutora Marta Simões

Agradecimentos

Ao longo dos últimos anos tenho percorrido uma etapa académica na Faculdade de Economia da Universidade Coimbra, sinto um grande orgulho por ter pertencido a esta casa. Deste modo, é com grande satisfação que chego ao fim desta fase, isto não era possível alcançar sem a presença de inúmeras pessoas. Assim sendo, tenho de mostrar a minha gratidão para com elas.

Primeiramente, à minha família, que foram fulcrais quer nível emocional e economicamente, a eles tenho a dizer obrigado. Quero dar especial ênfase à minha mãe, tenho para contigo uma grande gratidão pela pessoa que me tornaste hoje.

À minha orientadora, a Professora Doutora Marta Simões, por toda a disponibilidade e dedicação que teve pelo meu trabalho de projeto. Admito não ter sido uma orientanda fácil, detetando algumas dificuldades, identificou-as e ajustou-as da forma mais eficiente.

A vida é feita de experiências, convivências, transpondo diretamente ou indiretamente à construção de amizades, estas tornam-se como um elemento da família. Com esta cidade, Coimbra, certamente levo comigo as amizades que proporcionaram a minha conclusão desta etapa, como o Filipe, José M, Liliana, Mariana F, Patrícia, Pedro, Miguel A., Mariana A., Miguel M. e Miguel G., entre outros. Sem menos importância um agradecimento os meus amigos de Vila Meã, como a, Daniela, Cátia, entre outros.

Por último, a todo corpo docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra pelo conhecimento partilhado e disponibilidade.

Resumo

O trabalho de projeto que se segue tem como objetivo principal refletir sobre a existência de uma relação entre três dimensões, o Estado social, a desigualdade e o crescimento económico, discutindo possíveis efeitos de longo prazo das políticas de austeridade atualmente praticadas pelos países da periferia europeia por intermédio da sua influência sobre os níveis de desigualdade dada a redução do Estado social que parecem implicar. Em primeiro lugar, são identificados os conceitos chave que permitem desenvolver uma correta interpretação do estudo. Da revisão da literatura teórica, apresentam-se autores que afirmam que a desigualdade é prejudicial para o crescimento económico e autores que defendem que a desigualdade conduz a um maior crescimento económico. Para perceber esta relação são analisados os mecanismos de transmissão entre desigualdade e crescimento económico. A análise prossegue com a revisão de estudos empíricos que relacionam Estado social e desigualdade. A nível da análise de estatística descritiva são examinados três tipos de indicadores: macroeconómicos, despesas sociais públicas e indicadores da desigualdade de rendimento, no período de 1995-2013. Os resultados obtidos, através da análise do primeiro grupo de indicadores revelam que os países em estudo já apresentavam fragilidades económicas antes da crise financeira eclodir. Segundo, a presença do Estado social através das despesas sociais públicas em oito categorias no período em análise oscilam. Finalmente, constata-se que a desigualdade na distribuição do rendimento no período pós crise tem-se agravado no grupo de países em investigação. Por último, os resultados das regressões simples realizadas apontam para a existência de uma interligação das três dimensões Estado social, desigualdade e crescimento económico na amostra de países da União Europeia considerada, apoiando de forma muito preliminar a hipótese de partida deste estudo. Em conclusão, para além de prejudicarem uma retoma económica mais rápida, as medidas de austeridade poderão também colocar em causa o crescimento económico sustentando dos países da periferia europeia face ao agravar da desigualdade que acarretam.

Palavras-chave: Estado social, Políticas de Proteção Social, Desigualdade na Distribuição do Rendimento, Crescimento Económico, Periferia Europeia

Classificação JEL: H75, I38, O40

Abstract

The following project assignment has the main objective of reflecting about the existence of a relation among the three following dimensions: the Welfare state, inequality and economical growth, focusing on possible long-term effects of the austerity policies applied nowadays by the countries surrounding Europe. First and foremost key-concepts are identified, allowing an accurate interpretation of the study. With the review of the theoretical literature there are some authors who believe that inequality is harmful to economical growth, and some who defend that inequality leads to growth. To understand this relationship, the mechanisms of transition of this inequality and economical growth were analyzed. The analysis proceeds with a empirical study review that relates Welfare state and inequality. On a descriptive statistics point of view three indicators are examined: macroeconomic indicators, public social expenses, and income inequality indicators, during the period of 1995 - 2013. The results obtained through the analysis of the first group of indicators reveal that the Countries under study had already presented economical fragilities before the financial crisis hatched. After that, the presence of the social Welfare through the public social expenses, in eight categories, in the analysis period fluctuates. Finally, it is seen that the inequality in revenue distribution on the post-crisis period has aggravated on the group of countries being studied. Lastly the results of the simple regressions calculated point to the existence of an inter-connection of the 3 dimensions. These are, Welfare social, Inequality and economic growth, on the European Union countries used in the sample, supporting, in a preliminary way, this study starting hypothesis. In conclusion, besides harming a quicker economic comeback, the austerity measures may also jeopardize the economic growth, holding the countries of the outskirts of Europe by agravating the inequality it caries.

Keywords: Welfare state, Social Protection Policies, Inequality, Economic Growth, European Periphery

JEL Classification: H75, I38, O40

Lista de Acrónimos e Siglas

- **AMECO** – Annual Macro-economic database, European Commission;
- **BCE** – Banco Central Europeu;
- **BM** – Banco Mundial;
- **CE** – Comissão Europeia;
- **ES** – Espanha;
- **ECHP** –European Community Household Panel;
- **EM** – Estados Membros;
- **ESSPROS** – European System of Integrated Social Protection Statistics;
- **EUA** – Estados Unidos da América
- **EU – SILC** – European Statistics on Income and Living Conditions;
- **FMI** – Fundo Monetário Internacional;
- **GR** – Grécia;
- **IE** – Irlanda;
- **INE** – Instituto Nacional de Estatística;
- **IT** – Itália;
- **NUT III** – Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos;
- **OCDE** –Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento;
- **ONU** – Organização das Nações Unidas;
- **PT** – Portugal;
- **TFUE** – Tratado de Funcionamento da União Europeia;
- **TM** – Tratado de Maastricht;
- **UNSD** – United Nations Statistical Commission;
- **UE** – União Europeia;
- **UE 15** – União Europeia 15 países;
- **UE 18** – União Europeia 18 países;
- **UE 27** – União Europeia 27 países;
- **UE 28** – União Europeia 28 países;

Índice

1	Introdução	1
2	Conceitos chave: Estado Social, políticas de proteção social, desigualdade na distribuição do rendimento	3
3	Estado Social, desigualdade e crescimento económico: breve revisão de literatura	6
3.1	Mecanismos de transmissão da desigualdade para o crescimento económico	7
3.2	Literatura empírica	8
3.3	Estado social e desigualdade: breve revisão de estudos empíricos	10
4	Análise comparada do Estado Social, desigualdade e crescimento económico na periferia europeia.....	11
4.1	Indicadores macroeconómicos	13
4.2	A despesa com o Estado Social.....	19
4.3	A desigualdade na redistribuição de rendimento.....	30
4.4	Regressões simples.....	34
5	Conclusão	41
	Lista de referências bibliográficas	43
	Anexo.....	45

Lista de Quadros

Quadro 1 –	Taxa média de crescimento anual do PIB real per capita (€) 1995-2011..	11
Quadro 2 –	Resultados da estimação da equação (1.1).....	37
Quadro 3 –	Resultados da estimação da equação (1.2).....	38
Quadro 4 –	Resultados da estimação da equação (2).....	39
Quadro A.1 –	Resumo de estudos empíricos.....	45
Quadro A.2 –	Metas da Europa 2020.....	48

Lista de Figuras

Figura 1 –	PIB real <i>per capita</i> preços constantes de 2010 em milhares de euros.....	14
Figura 2 –	Dívida pública, em % do PIB.....	16
Figura 3 –	Défice Orçamental, em % do PIB.....	17
Figura 4 –	Taxa de desemprego, em % do PIB.....	19
Figura 5 –	Total da despesa social pública, em % do PIB.....	20
Figura 6 –	Despesas em pensões, em % do PIB.....	23
Figura 7 –	Despesas com pensões de sobrevivência, em % do PIB.....	25
Figura 8 –	Despesas em habitação social, em % do PIB.....	25
Figura 9 –	Despesas com subsídios por incapacidade, em % do PIB.....	25
Figura 10 –	Despesas em políticas ativas de mercado de trabalho, em % do PIB.....	25
Figura 11 –	Despesas em apoios à família, em % do PIB.....	26
Figura 12 –	Despesas em saúde, em % do PIB.....	27
Figura 13 –	Despesas em subsídios de desemprego, em % do PIB.....	28
Figura 14 –	Despesas em educação, em % do PIB.....	29
Figura 15 –	Coeficiente de Gini, em %.....	32
Figura 16 –	Rácio percentis de rendimento S80/S20.....	33
Figura 17 –	Diagrama de dispersão.....	40

1 Introdução

Os chamados países periféricos da União Europeia (UE), Espanha (ES), Portugal (PT), Itália (IT), Irlanda (IE) e Grécia (GR), têm, no Estado social, uma realidade diferente relativamente aos seus congéneres europeus do Norte, com a expansão daquele a ocorrer apenas ao longo dos últimos 30 anos. Em simultâneo, registaram também taxas de crescimento económico relativamente elevadas, muito devido à sua situação de partida em termos de rendimento per capita mais desfavorável, desempenho esse que contribuiu também para uma maior implementação de medidas visando a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e a sua proteção contra riscos sociais, como o desemprego ou a doença. Mais recentemente, a crise financeira de 2007-08 conduziu à estagnação da economia europeia a nível global, desafiando a sustentabilidade das finanças públicas, em particular dos países periféricos. Este acontecimento levou à intervenção das entidades europeias (CE e BCE) e internacionais (FMI) em algumas dessas economias e à implementação de medidas de austeridade, como o aumento de impostos e cortes nos subsídios concedidos às famílias pelo Estado, bem como nas áreas da saúde e da educação, com o objetivo equilibrar os orçamentos dos países e reduzir a sua dívida pública. Segundo o Eurostat, em 2011 a dívida pública em % do PIB para a UE-28 era 82,4% (UE-27 – 82,7%), quando para PT, GR, IT, ES e IE os valores eram, respetivamente, 108,2%, 170,3%, 120,7%, 70,5%, e 104,1%. Todavia, este processo pode colocar em causa o Estado social destes países na dimensão que conheceram até aqui e que só recentemente foi consolidada.

A consequência anterior é especialmente preocupante no contexto dos países pertencentes à periferia europeia pois estes apresentam dos maiores níveis de desigualdade na distribuição do rendimento no contexto europeu. Segundo o Eurostat, em 2012 a média do coeficiente de Gini para a UE-15 era de 30,7% (UE-27 – 30,6%), quando para a IE, GR, ES, IT e PT os valores eram, respetivamente, 29,9%, 34,3%, 35%, 31,9% e 34,5%. Acresce ainda que, depois de um período de redução deste indicador nos primeiros anos do novo milénio, sensivelmente desde 2008-09 os valores parecem estar a aumentar. Ora este comportamento não se pode dissociar das medidas de austeridade aplicadas. Estas poderão estar a colocar em causa o Estado social nestes países e logo um dos seus objetivos últimos, a igualdade de

oportunidades. Os efeitos contudo não se esgotam apenas nesta dimensão, se tivermos em conta as previsões de alguns modelos de crescimento económico, de acordo com os quais uma maior desigualdade na distribuição do rendimento prejudica um crescimento económico sustentado. Nestas circunstâncias, podemos estar perante um ciclo vicioso nestas economias, uma vez que mais medidas de austeridade - que se traduzam numa redução do Estado social - provocarão maiores desigualdades e consequentemente menor crescimento económico, o que irá agravar ainda mais o desequilíbrio nas finanças públicas e, mais grave ainda, o nível e a qualidade de vida dos cidadãos desses países.

O principal objetivo deste trabalho de projeto é refletir sobre a possibilidade das medidas de austeridade implementadas nos países da periferia europeia, com reflexos no seu Estado social, se revelarem prejudiciais ao seu desempenho macroeconómico de longo prazo, na medida em que as mesmas têm influência na desigualdade na distribuição do rendimento e, por esta via, no seu crescimento económico. Para o efeito, será levada a cabo uma revisão da literatura económica relevante, com o objetivo específico de interligar as diferentes dimensões em análise. Outro grande objetivo é o de caracterizar a evolução do Estado social nestes países ao longo dos últimos 30 anos, a respetiva desigualdade na distribuição do rendimento e o seu desempenho em termos de crescimento económico. Finalmente, procurar-se-á relacionar estas três dimensões através de uma análise estatística preliminar. A metodologia deste trabalho de projeto consistirá na criação de uma base de dados para a ES, PT, IT, IR e GR, com indicadores relevantes que caracterizem o comportamento destes países em termos de crescimento económico, desigualdade na repartição dos rendimentos e despesa social, como indicador da dimensão do Estado Social. O período em análise será de 1995 a 2013, quando possível, e recorrer-se-á a dados do Eurostat, OCDE, Banco Mundial bem como outras entidades de relevo. Com este suporte estatístico, analisar-se-á a tendência de evolução destes indicadores, em comparação com a média da UE e/ou OCDE, a estimação simples entre os indicadores, verificando se o sinal da respetiva coeficiente está de acordo com o previsto pela literatura.

O remanescente do trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma. Na secção 2 são apresentados os conceitos chave relevantes para as abordagens que se seguirão. A secção 3 contém uma breve revisão da literatura sobre a relação entre Estado social, desigualdade e

crescimento económico. Na secção 4 realizar-se-á uma análise comparada do Estado social, desigualdade e crescimento económico na periferia europeia com base em indicadores pertinentes. Finalmente, a secção 5 elenca as principais conclusões.

2 Conceitos chave: Estado social, políticas de proteção social, desigualdade na distribuição do rendimento

Para podermos fazer uma reflexão sobre a ligação entre Estado social, desigualdade e crescimento económico é necessário percebermos conceptualmente as diferentes dimensões em análise, em particular no que se refere ao Estado social, conceito que tem suscitado interpretações mais diversas. O Estado social é um conceito abrangente, podendo ser entendido de diferentes formas em função do modelo em concreto de intervenção social adotado. Em todo o caso, independentemente de analisarmos países periféricos da UE ou estados-membros do chamado núcleo central (*core*), o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia¹ (TFUE), faz referência aos objetivos fundamentais que um Estado social deve permitir alcançar, no seu artigo nº 3, ponto 3:

“A União (...). Empenha-se no desenvolvimento sustentável da Europa, assente num crescimento económico equilibrado e na estabilidade dos preços, numa economia social de mercado altamente competitiva que tenha como meta o pleno emprego e o progresso social (...). A União combate a exclusão social e as discriminações e promove a justiça e a proteção sociais, a igualdade entre homens e mulheres, a solidariedade entre as gerações e a proteção dos direitos da criança. A União promove a coesão económica, social e territorial, e a solidariedade entre os Estados Membros (...).”

De acordo com diferentes autores citados no sítio da WWW criado por Reinhard Heinisch sobre *European Welfare States: Information and Resources* (<http://www.pitt.edu/~heinisch/eusocial.html>), num Estado social o governo é o ator principal na prossecução dos objetivos anteriormente identificados no TFUE, devendo os governos dos diferentes estados membros, apoiados pelos órgãos de governo da UE, utilizar uma parte (importante) dos seus recursos com a finalidade de promover o bem-estar económico e social de indivíduos e famílias, nomeadamente através da promoção da igualdade de oportunidades,

¹ Ver http://europa.eu/pol/pdf/qc3209190ptc_002.pdf.

tendo diversos instrumentos ao seu dispor para o efeito, designados no seu conjunto por políticas de proteção social.

De acordo com o Eurostat, a proteção social compreende um conjunto de intervenções de organismos públicos ou privados destinadas a aliviar as famílias e indivíduos dos encargos com um conjunto bem definido de riscos e necessidades associadas, nos quais se incluem: doença/saúde e invalidez; deficiência; velhice; responsabilidades parentais; a perda de um cônjuge ou parente; desemprego; habitação; exclusão social.² Em rigor, de acordo com Piachaud (2013), as políticas anteriores referem-se a intervenções no âmbito da segurança social e são em geral financiadas através de contribuições dos trabalhadores e entidades empregadoras. A proteção social engloba ainda intervenções no âmbito da assistência social, intervenções destinadas a aliviar indivíduos e famílias de situações de pobreza e exclusão social e que são em geral financiadas diretamente pelo orçamento de Estado, através dos impostos. Finalmente, a proteção social cobre intervenções no mercado de trabalho com o objetivo de aumentar a empregabilidade de trabalhadores vulneráveis. Segundo dados do Eurostat, em 2000 a despesa em proteção social em % do PIB para a Zona Euro (18 países) era de 26,7%, quando para IE, GR, ES, IT e PT os valores eram, respetivamente, 13,3%, 23,5%, 20%, 24,5% e 20,4%. Em 2012, por comparação com 2000, os valores globais da periferia sofreram um aumento para, respetivamente, a Zona Euro de 28,4%, 30,8%, 31,1%, 25,2%, 29,2% e 27,6%, respetivamente, acréscimo a que não é alheio o aumento do desemprego resultante da crise económica e financeira. Fruto das intervenções nestas áreas a nível nacional, financiadas em muitos casos pelos orçamentos de cada país, a União Europeia (UE) pretende que nenhum cidadão europeu seja excluído de direitos básicos à vida com qualidade, proporcionando igualdade de oportunidades e condições mínimas da vida. É de referir que, com a integração europeia, remetendo para o Tratado de Maastricht (TM), em 1992, pela primeira vez ficou estabelecido de forma clara a promoção das políticas sociais, sendo uma preocupação ainda mais evidente nos últimos anos, pela tentativa de reforço da convergência e progresso técnico. Para ser possível atingir os objetivos promovidos pela UE, esta atribui aos Estados Membros (EM) um conjunto de fundos. É de salientar que os estados membro da UE

² Ver http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Social_protection_statistics.

não são autónomos na elaboração da política social, aceitando assim que os direitos do TFUE nesta área estão sempre acima das respectivas constituições.

Uma análise empírica da relação entre Estado social, desigualdade e crescimento económico pressupõe disponibilidade de dados, comparáveis entre países, destas diferentes dimensões. No que respeita ao Estado social, entendendo este como o conjunto de recursos destinados a políticas de proteção social, é possível medi-lo com base na despesa total em proteção social realizada pelos diferentes países, bem como decompor esta de acordo com as diferentes áreas de intervenção. Tais estatísticas estão disponíveis na OCDE, que inclui informação sobre as despesas e receitas, classificadas por diferentes funções e categorias, para o conjunto dos estados membros.

A principal hipótese analisada neste trabalho é a de que o Estado social pode influenciar o crescimento económico por via dos seus efeitos sobre a desigualdade. Torna-se assim necessário também clarificar a que tipo de desigualdade nos referimos, de modo a percebermos e identificarmos os efeitos da política social sobre a mesma. Assim, procede-se de seguida à exposição e análise do conceito da desigualdade da distribuição do rendimento, que não deve confundir-se com o conceito de pobreza. De acordo com Pereira (2005), o conceito de desigualdade na distribuição do rendimento pode ser dividido em duas partes. Primeiramente, os mecanismos puros do mercado realizam a repartição primária, que poderá originar desigualdades, de tal forma que, seguidamente, terá de haver uma segunda redistribuição dos rendimentos processo no qual o Estado e outras instituições procedem à recolha de rendimentos e à sua transferência para a população mais vulnerável, tentando corrigir as “falhas” operadas pelo mercado, mas principalmente visando corrigir distorções na distribuição do rendimento decorrentes da ausência de uma efetiva igualdade de oportunidades entre os cidadãos. Deste modo, segundo Pereira (2005: 122)³ “... os governos tentam corrigir as falhas de mercado, no sentido de estimular e de assegurar a eficiência, de proceder a correções na distribuição do rendimento e, simultaneamente, promover o crescimento e a estabilidade económica.” Tendo em conta a hipótese em estudo, a desigualdade de rendimentos após a redistribuição secundária será o foco da análise. No entanto, segundo o

³ Ver <http://www.usc.es/economet/reviews/eedi515.pdf> .

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o rendimento do indivíduo integra todos os rendimentos, do trabalho, capital, propriedades, pagamento das deduções dos imposto, transferências, outras fontes de rendimento⁴. Para mensurar a desigualdade na distribuição do rendimento existem vários índices, entre os quais se destaca o coeficiente de Gini que, de acordo com a OCDE, mede o grau em que a distribuição de rendimento entre os indivíduos ou agregados familiares dentro de uma economia se desvia de uma distribuição perfeitamente igual. Outro indicador relevante é o rácio S80/S20 (“*income quintlie share ratio*”)⁵, rácio entre o rendimento total recebido pelos 20% da população com rendimentos mais elevados (quartil superior) e o recebido pelos 20% da população com rendimentos mais baixos (quartil mais baixo).

A problemática da medição da desigualdade na distribuição do rendimento é atualmente objeto de estudo em inúmeras instituições, tais como o Eurostat, a OCDE, Banco Mundial (BM), Instituto Nacional de Estatística (INE) ou Organização das Nações Unidas (ONU), não sendo assim de estranhar que existam já inúmeros estudos que utilizam a informação estatística construída por estas organizações para medir o impacto do Estado social sobre a desigualdade e desta sobre o crescimento económico, como será evidenciado na secção seguinte.

3 Estado social, desigualdade e crescimento económico: breve revisão de literatura⁶

Um dos primeiros estudos que relaciona a desigualdade na distribuição do rendimento e o crescimento económico é da autoria de Kuznets (1995). Este prevê uma relação descrita na literatura como “a hipótese do U invertido”, segundo a qual, para baixos níveis do rendimento nacional, à medida que este cresce a desigualdade tende a aumentar, mas eventualmente alcançará um máximo de tal forma que mais crescimento conduzirá a uma redução da mesma. Posteriormente, surgiram diversos estudos sobre, maioritariamente, a relação em sentido inverso, ou seja, sobre o impacto da desigualdade na distribuição do

⁴ Ver <http://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=1313> .

⁵ Ver http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Glossary:Income_quintile_share_ratio .

⁶ Ver Quadro A.1 Resumo de estudos empíricos, em anexo.

rendimento no crescimento económico, como pode ser comprovado nos vários artigos de revisão da literatura publicados nos últimos cerca de 15 anos, tais como Aghion *et al.* (1999) e Barro (2000), citados em Andrade, Duarte e Simões (2009, 2013). Face a esta profusão de publicações sobre o tema, a presente secção concentrar-se-á na literatura que destaca os mecanismos de transmissão que relacionam a desigualdade com o crescimento económico. Proceder-se-á também à revisão de alguns estudos empíricos que englobam ou centram-se sobre o/os países da periferia europeia. Por fim, é feita uma síntese dos resultados de estudos empíricos sobre a relação entre Estado social e desigualdade.

3.1 Mecanismos de transmissão da desigualdade para o crescimento económico

De acordo com Neves e Silva (2013) os canais ou mecanismos através dos quais a desigualdade pode exercer influência sobre o crescimento económico são essencialmente quatro, sendo que os três primeiros conduzem a um impacto negativo, enquanto o último resulta numa influência positiva.

O mecanismo de atuação via as imperfeições do mercado de crédito justifica o impacto negativo da desigualdade sobre o crescimento por via do investimento em capital, sobretudo humano. Apresenta este sinal fundamentalmente devido aos efeitos sobre os indivíduos de classes sociais mais desfavorecidas, já que são estes que se deparam com maiores limitações no acesso ao crédito. Ou seja, poderemos estar perante um entrave de acesso à qualificação, por falta de financiamento, que limitará a possibilidade de atingirem um papel preponderante no processo produtivo, mesmo que possuam as qualidades inatas necessárias à aprendizagem, e que, por consequência, prejudicará o crescimento.

O segundo canal de transmissão, designado por mecanismo de política orçamental, de acordo com Duarte e Simões (2009), interliga duas abordagens, o mecanismo da economia política e o mecanismo económico. A interligação dos dois mecanismos conduz a uma relação negativa entre desigualdade e crescimento económico. O mecanismo de economia política defende que em sociedades mais desiguais o Estado tenderá a utilizar em maior grau políticas redistributivas, por pressão dos seus eleitores, em benefício dos indivíduos mais desfavorecidos para assegurar as mínimas condições de vida. Deste modo, o referido mecanismo incluirá um nível de tributação mais elevado, de forma a financiar as políticas

redistributivas, e, em consequência, a acumulação de capital será menor e por esta via também o crescimento.

O terceiro mecanismo de transmissão remete para a instabilidade sociopolítica resultante de uma maior desigualdade e apresenta duas hipóteses. Segundo Neves e Silva (2010), a desigualdade inicial de rendimento e riqueza aumentará a instabilidade política, podendo induzir os indivíduos a envolver-se em atividades violentas. Nesta sentido, vários autores focaram esta possibilidade, concluindo que a instabilidade política origina três tipos de violência – contra o regime, pelo regime ou atividades criminosas – dificultando a acumulação de capital e, portanto, o crescimento. Por outro lado, de acordo com a segunda hipótese, o aumento da incerteza associado à instabilidade sociopolítica poderá interferir no funcionamento das atividades produtivas e, desta forma, reduzir a produtividade do trabalho e do capital, verificando-se um efeito negativo no crescimento.

Por último, o canal da poupança, que remete para uma realidade totalmente distinta das abordagens analisadas anteriormente, prevendo uma relação positiva entre desigualdade e crescimento económico. De acordo com Kaldor (1956), citado em Neves e Silva (2013), sendo a propensão marginal a poupar dos indivíduos mais ricos superior à dos mais pobres, uma maior desigualdade é vista como um incentivo do investimento, constituindo um estímulo ao crescimento económico.

3.2 Literatura empírica

Ao longo dos últimos anos a literatura empírica sobre desigualdade e crescimento económico cresceu de forma exponencial (ver Neves e Silva (2013)). Desta forma proceder-se-á à revisão de apenas alguns estudos selecionados, atendendo ao facto de se debruçarem sobre alguns dos países em estudo e à sua atualidade.

O artigo de Herzer e Vollmer (2011) tem como objetivo determinar a relação de longo prazo entre a desigualdade de rendimento e crescimento económico utilizando técnicas de cointegração. Na metodologia utilizada considera-se uma mostra de 46 países, no período de 1970-1995, utilizando como variáveis explicativas: “ α_i ” efeitos fixos para cada país, “ δ_{it} ” tendências temporais para cada país, “ β_{1i} ” taxa média de investimento e, por último, “ β_2

inequality” desigualdade de rendimento das famílias, designado por coeficiente de Gini. Este estudo tem uma particularidade, não utiliza a variável do capital humano. Os resultados obtidos remetem para que o impacto da desigualdade sobre o produto é negativo, não parecendo também haver disparidades expressivas no sinal da relação entre os países ricos e pobres.

Para o caso específico de Portugal, destaca-se o estudo recente “Inequality and Growth in Portugal: a time series analysis”, elaborado por Andrade, Duarte e Simões (2014), Revista Portuguesa de Estudos Regionais, nº37. Centrando-se no período de 1985-2007, estima um modelo VAR com as variáveis produto, educação e desigualdade, para determinar se existe uma relação de causalidade entre desigualdade e crescimento económico em Portugal e se ocorre através da acumulação de capital humano. Os resultados obtidos indicam que o investimento em capital humano não é um fator determinante para explicitar a relação da desigualdade com o crescimento económico. Relativamente ao impacto da desigualdade sobre o PIB, em Portugal, um aumento daquela traduzir-se-á num impacto negativo sobre o produto.

Já Andrade, Duarte e Simões (2014), também com o intuito de “testar a existência de uma relação de longo prazo entre desigualdade e produto” elaboraram um estudo com dados em painel, usando a metodologia de cointegração, para o período de 1995-2007, por regiões NUTS III de Portugal. O estudo considera como variáveis o PIB real per capita, o índice de Gini, uma medida de capital humano, a estrutura produtiva regional e, por fim, o rácio de fundos estruturais recebidos em relação ao PIB. Em síntese, nas 30 regiões NUT III, verifica-se que uma relação negativa entre desigualdade e crescimento económico que parece ter origem no mecanismo de transmissão via imperfeições no mercado de crédito, uma vez que os autores obtêm uma relação negativa quando consideram a desigualdade entre os níveis de rendimento mais baixos e a mediana e positiva no caso da desigualdade entre os níveis de rendimento mais elevados e a mediana. Assim, a desigualdade entre as classes sociais mais ricas parece ser benéfica para o crescimento.

Para o caso da Espanha é de realçar Moreno (2007), que elaborou um estudo em torno da relação crescimento económico e desigualdade nas dezassete regiões Espanholas, tendo em conta um período de 30 anos (1970 – 2000). Para tal utilizou quatro instrumentos diferentes de medição da desigualdade: o índice de Gini, o índice Theil, o índice de Gini

utilizado na escala da OCDE e, por fim, o índice de Gini utilizando a mudança de escala da OCDE. Em síntese, Espanha, no período em observação, atravessou diversas reestruturações do ponto de vista económico, social e institucional, que repercutiram vários efeitos nas mais distintas áreas: aumento do número de universidades, aumento do investimento público em infra estruturas, criação de um Estado social, entre outras. Deste modo, ao longo deste período de tempo, com a redução da desigualdade alcançaram-se efeitos económicos positivos tais como o aumento do crescimento económico.

3.3 Estado social e desigualdade: breve revisão de estudos empíricos

Sendo a hipótese de base deste estudo que o Estado social promove o crescimento por via da redução da desigualdade, torna-se pertinente rever alguns, escassos, estudos empíricos que procuram aferir, diretamente, o impacto do Estado social sobre indicadores de desigualdade.

O estudo elaborado por Hagfor e Kajanoja (2007) consiste numa análise de estatística descritiva, procurando calcular a correlação entre a evolução de diferentes formas de capital social e alterações dos gastos sociais públicos. O objetivo central neste estudo é a análise da existência ou não de um ciclo virtuoso, entre Estado social e desigualdade. Consiste numa comparação entre países com diversos indicadores. Consideram uma amostra de 23 países e quatro indicadores: o esforço do Estado social, a desigualdade social, o capital social e, por último, os indicadores económicos. Os resultados finais apontam para a existência de uma relação inversa entre as variáveis que representam o Estado social e as variáveis que representam a desigualdade. Deste modo, perante as observações disponíveis, que em alguns dos casos eram escassas, conclui-se que existe um ciclo virtuoso, entre Estado social e desigualdade.

Caruana (2010) realizou um estudo com o propósito de constatar se o Estado social na UE-27, na forma de despesas em proteção social, tem uma relação, e qual o seu sinal, com variáveis relativas a cinco áreas, pobreza, desigualdade, crescimento económico, e emprego e desemprego de longa duração, no período de 2000 - 2008. Para estas áreas o autor criou diversos índices que traduzem os resultados do Estado social em cada Estado Membro. As conclusões a extrair para UE-27 são que não existe um modelo social europeu “homogéneo”.

Em alguns países considera-se que, para combater a pobreza ou a desigualdade através do Estado social, está a colocar-se em risco o crescimento económico e o emprego. Este facto é bem mais observável nos países do mediterrâneo, ficando explícito nos índices de crescimento de efetivo, índice de desemprego, índice de Gini, índice de efetivo de pobreza, entre outros. Em contrapartida, os valores mais elevados de despesas por presença do Estado social e com melhor desempenho de indicadores macroeconómicos e Estado social verificam-se nos países nórdicos.

Recentemente, Papatheodourou e Pavlopoulos (2014) realizaram um estudo com os países integrantes da UE-15, com o objetivo de analisar os padrões de desigualdade nos EM e sua relação com a tipologia de regimes de Estado social, bem como se a alteração dos rendimentos influenciou a alteração de desigualdade. Para alcançarem o objetivo utilizaram dois tipos de dados, o Painel Europeu de Agregados Familiares (ECHP) e as Estatísticas da União Europeia sobre o Rendimento e as Condições de Vida (EU-SILC), que contêm variáveis que permitem a comparação de informação sobre as condições de vida dos indivíduos e características socioeconómicas entre os estados membros. Os autores constataram que a desigualdade de rendimento varia de forma notória entre os países da UE - 15 e ao longo do tempo (1996-2008). Os países que mais contribuíram para o total das desigualdades da UE-15 foram o Reino Unido e os países do sul da Europa, sendo que este último grupo se caracteriza também pelo facto de ser o que menos despesa social realiza. Constatam ainda que as políticas de redução da desigualdade aplicadas em cada EM seriam mais eficazes se aplicadas na redução da desigualdade geral da UE. Desta forma, as políticas sociais que têm como fim a redução da desigualdade na UE deviam tornar-se uma prioridade na Agenda da UE.

4 Análise comparada do Estado social, desigualdade e crescimento económico na periferia europeia

A ideia central desta investigação é refletir acerca da evolução do Estado social nas últimas décadas nos países da periferia europeia, tendo em conta o seu desempenho económico e a desigualdade na repartição do rendimento. Deste modo, procura-se refletir sobre a hipótese de um menor peso do Estado social conduzir a um aumento da desigualdade,

o que por sua vez poderá ser prejudicial no que ao crescimento económico diz respeito. Caso estas relações se verifiquem, a austeridade que marca atualmente os esforços de consolidação orçamental dos países da periferia europeia pode não apenas comprometer a respetiva retoma económica no curto prazo, mas também colocar em causa o seu desempenho macroeconómico de longo prazo. Para uma melhor compreensão construiu-se uma base dados em Excel. Esta contém a amostra de países em análise, o conjunto dos cinco países da periferia europeia, PT, ES, IT, GR, IR, bem como médias para a UE-15/8 e UE-27/8. O período selecionado foi ditado pelos dados disponíveis no Eurostat⁷, AMECO,⁸ OECD⁹, PORDATA¹⁰ e Banco Mundial¹¹, gerando o período de análise de 1995-2013, para a generalidade das variáveis em estudo.

A base de dados desdobra-se em três conjuntos de dados: os dados relativos aos agregados das contas nacionais/indicadores macroeconómicos, dados relativos ao Estado social e dados relativos à distribuição do rendimento. O primeiro conjunto de dados é composto pelo Produto Interno Bruto (PIB) real per capita e respetiva taxa de crescimento, a dívida pública em percentagem do PIB, o défice público em percentagem do PIB e, por último, a taxa de desemprego. Segue-se, o conjunto de dados relativos ao Estado social, fracionado em: despesa pública total; despesa pública em proteção social, despesas pública com pensões, saúde, educação, desemprego, apoio as famílias e em políticas ativas do mercado de trabalho, outras áreas da política social, todas em % do PIB. Finalmente, contém dados relativos à distribuição de rendimento, o coeficiente de Gini após as transferências sociais e o rácio de rendimento, *quintile income ratio* (S80/S20).

Como referido anteriormente, a base de dados contém informação retirada do Eurostat no mês de Novembro de 2014, nomeadamente do *European System of Integrated Social Protection Statistics* (ESSPROS), utilizado como instrumento para obtenção de indicadores que permitam a comparação entre os EM em termos de proteção social. De realçar também que os indicadores recolhidos no âmbito do ESSPROS são utilizados para monitorizar

⁷ Ver <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>.

⁸ Ver http://ec.europa.eu/economy_finance/ameco/user/serie/SelectSerie.cfm.

⁹ Ver <http://stats.oecd.org/#>.

¹⁰ Ver <http://www.pordata.pt>.

¹¹ Ver http://databank.worldbank.org/data/views/variableselection/selectvariables.aspx?source=education-statistics--all-indicators#c_e.

a estratégia Europa 2020 em termos das metas previstas (ver Anexo, Quadro A.2) no que respeita aos resultados da política social. Para além de incluir informação sobre as condições de vida e rendimento (com origem na EU-SILC), é um instrumento utilizado para as estatísticas comparativas sobre a distribuição de rendimento e inclusão social a nível europeu. Para completar a informação obtida recorreu-se ainda à *Social expenditures database* da OECD, dados recolhidos no mês de Novembro de 2014, em particular as medidas de análise das despesas sociais, constando de compilações de informação para os países em estudo. Por último, recorreu-se ao Banco Mundial - para obter exclusivamente o indicador “*public expenditure on education as % of GDP*”.

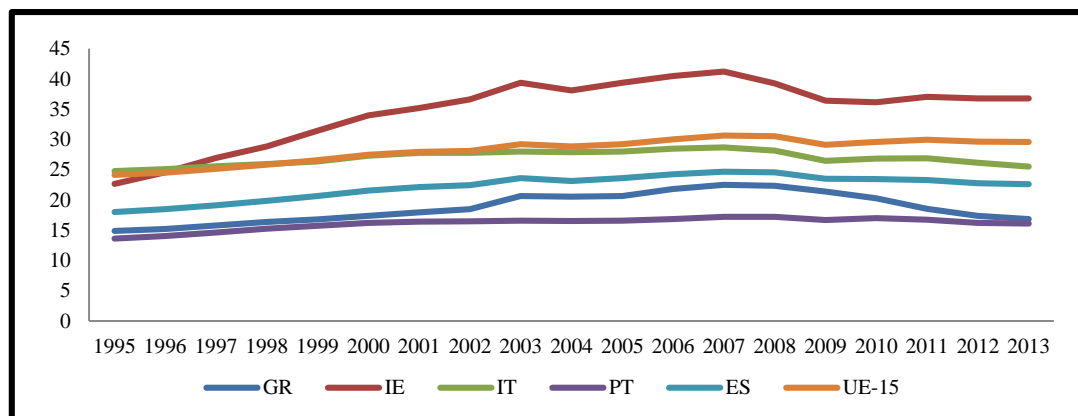
4.1 Indicadores macroeconómicos

A evolução recente das economias da periferia europeia foi sobretudo determinada pelas medidas de austeridade associadas à necessidade de consolidação orçamental. Contudo, a sua prestação macroeconómica relativamente ao conjunto da UE é fraca desde o período anterior à crise. Para analisar o desempenho macroeconómico dos países em investigação recorrer-se-á ao Produto Interno Bruto (PIB) real *per capita*, indicador também fundamental para comparação dos níveis de vida dos cidadãos entre países.

A figura 1 descreve a evolução do PIB real *per capita* expresso em milhares de euros nos cinco países da periferia europeia e na média da UE-15 entre 1995 e 2013. Verifica-se que os países em estudo apresentam valores relativamente baixos para este indicador, quando comparados com a média da UE-15, ao longo de todo o período, com exceção da IE. Neste período temporal existe, maioritariamente, uma tendência de crescimento em todos os países, com uma quebra entre 2007 – 2009, com maior relevância na IE. Por outro lado, na GR, entre 2007-2013, verificou-se uma tendência de diminuição do produto, alcançando atualmente o último lugar no grupo de países em observação, 16,83379 milhares de €, conjuntamente com PT. Porém, de 1995 a 2011, PT encontrava-se nesta amostra de países com o PIB *per capita* mais baixo, deparando-se em 1995 com 13,65162 milhares de €, em 2000 com 16,24363 milhares de € e em 2005 com 16,61461 milhares de €. Neste conjunto de países, a ES encontra-se em terceiro com 18,03723 milhares de € em 1995 para atualmente 22,6244 milhares de €.

Se compararmos o período temporal de 1995 – 2013, identifica-se claramente na figura que houve um progresso, ainda que, não muito expressivo. Deste modo reconhece-se a existência de problemas económicos estruturais dos países em estudo, mesmo antes da crise financeira. É de aludir que a IT, em 2013, encontra-se abaixo da média UE-15, algo que não tinha acontecido na década de 90.

Figura 1 – PIB *per capita* a preços constantes de 2010 em milhares de euros.



Fonte: Elaboração própria através de dados recolhidos AMECO, com recurso ao Excel.

O Quadro 1 contém informação sobre a taxa média de crescimento anual do PIB real *per capita* de 1995 a 2013, para sub – períodos de 5 anos, e taxas anuais para os anos mais recentes da crise. A taxa média de crescimento de 1995 – 2000 da UE – 15 é +2,625%. Posteriormente, a taxa média de crescimento nos períodos subsequentes, dos países periféricos da UE, tem um decréscimo indubitável. Deste modo, deduz-se que os países em observação ao longo deste período de tempo apresentaram fragilidades económicas. Considerando os valores da GR, verifica-se que, após crescimentos médios dos mais elevados nos dois primeiros quinquénios, 1995-2000 e 2000-2005, em 2005-2010 a taxa média de crescimento anual torna-se negativo, reflexo dos anos da crise neste quinquénio, chegando em 2012 a -6,7% (taxa de variação anual) – muito abaixo da média UE – 15 (-0,7%) ou dos resultados de todos país em investigação. A IT, ao longo destes 18 anos, obteve sempre taxas de crescimento inferiores à média da UE – 15, com discrepâncias significativas. A ES teve um comportamento expresso por uma tendência decrescente da respetiva taxa de crescimento, ostentando em 2013 uma taxa de crescimento anual negativa (-0,7%), sendo que PT apresenta a mesma realidade. A IE regista uma impressionante taxa média de crescimento em 1995-2000, 8,43%, que abranda

significativamente em 2000-2005, para 3%, e torna-se negativa em 2005-2010. Assim, com a crise económica e financeira mundial que eclodiu no final de 2007, início de 2008, estas economias foram todas afetadas e registaram uma queda abrupta do produto, enquanto para a média da UE15 a taxa média de crescimento se manteve positiva em 2005-2010, ainda que num valor quase nulo, 0,27%. No entanto, de acordo com os valores do Quadro 1, os países da periferia já apresentavam sinais de abrandamento da economia relativamente à UE. Em termos anuais, nos anos que correspondem àquela que é conhecida pela segunda fase da crise, 2011-2013, o produto continua a cair na periferia (exceção da IE e IT em 2011) e em geral mais do que na UE15.

Quadro 1- Taxa média de crescimento anual do PIB per capita a preços constantes de 2010 1995-2013.

	1995-2000	2000-05	2005-10	2011*	2012*	2013*
GR	3,16%	3,53%	-0,39%	-6,90%	-6,70%	-
IE	8,43%	3,00%	-1,69%	1,80%	-0,10%	-0,60%
IT	1,96%	0,50%	-0,86%	0,10%	-2,70%	-2,10%
PT	3,54%	0,45%	0,48%	-1,10%	-2,80%	-0,50%
ES	3,63%	1,85%	-0,14%	-0,10%	-1,70%	-0,70%
UE-15	2,62%	1,23%	0,27%	1,60%	-0,70%	-0,50%

Notas: PT – Portugal; IT- Itália; ES- Espanha; GR- Grécia; IE- Irlanda e UE15- Europa 15. * - taxa de crescimento anual.

Fonte: Elaborado pela autora com dados recolhidos da Ameco com recurso ao Excel.

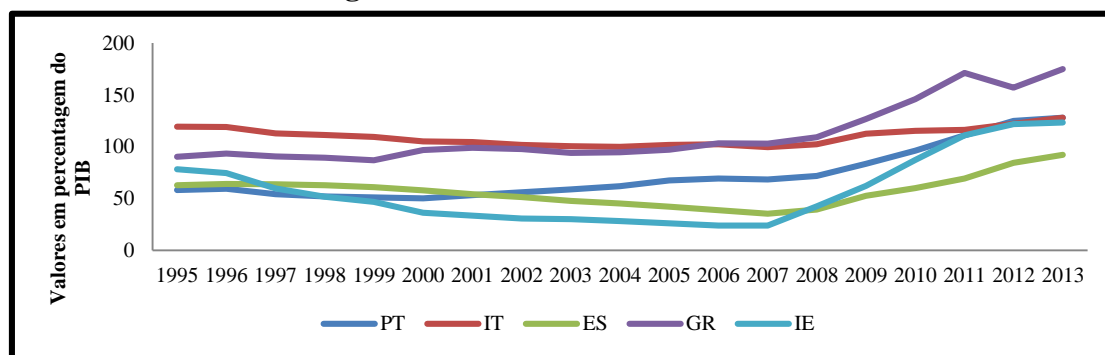
Segundo o artigo 126º do TFUE¹², os estados membros, para integrarem a União Económica Monetária (UEM), da qual fazem parte todos os países da periferia, têm um conjunto de metas a cumprir. Em relevo duas dessas metas, dadas as suas potenciais implicações sobre as opções de política social em termos da despesa associada e para a compreensão dos problemas atuais decorrentes da necessidade de consolidação orçamental da periferia europeia. A primeira remete para o défice orçamental dos estados membros, que não deve ultrapassar os 3% do PIB e a segunda diz respeito à dívida pública, que não pode exceder 60% do PIB. Se tal não for cumprido, a primeira etapa passa pela Comissão Europeia enveredar pela realização de um relatório, no qual constarão várias rubricas, mas essencialmente a situação económica do países a curto médio prazo, entregando-o ao

¹² Ver <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/Lisboa/tratados-TUE-TFUE-V-Lisboa.html>.

Conselho Europeu. Este prosseguirá para a tomada de uma recomendação com um conjunto de etapas ao estado membro em causa, com um prazo estipulado com a finalidade da redução para o valor base do indicador em causa. Por outro lado, se persistir, poderá colocar em causa a estabilidade da UEM, pelo que, em casos extremos, se a UE verificar que os EM não estão a efetuar os esforços devidos, poderá aplicar sanções.

De acordo com a Figura 2, que contém dados sobre a dívida pública em percentagem do PIB, em 1995 PT era o único país a cumprir a meta estabelecida no Tratado de Maastricht, quando comparado com os países em apreciação, registando um valor deste indicador de 58,2%. Posteriormente, no ano de 2005, a IE exibe valores aproximadamente três vezes inferiores em comparação a 1995, respetivamente 26,3% e 74,5%. Já a ES (42,3%, 63% respetivamente) e IT (101,9%, 119,5% respetivamente) seguem a mesma ótica, ainda que com um impacto inferior. Em contraciclo, PT e GR, apresentam valores mais elevados, quando comparados os anos 1995 e 2005. Deste modo, no decorrer dos anos, na realidade da IE e ES transparecia uma nova era, com valores abaixo do critério, até ao eclodir da crise financeira mundial em 2007-08. A realidade positiva deixa de persistir e, no ano de 2009, evidencia-se um desencadear de subidas que tem como consequências o facto de nenhum dos países em estudo cumprir o critério, mas o mesmo se aplica à média dos países europeus, com a UE-28 a registar um valor de 85,4 %.

Figura 2- Dívida Pública, em % do PIB.



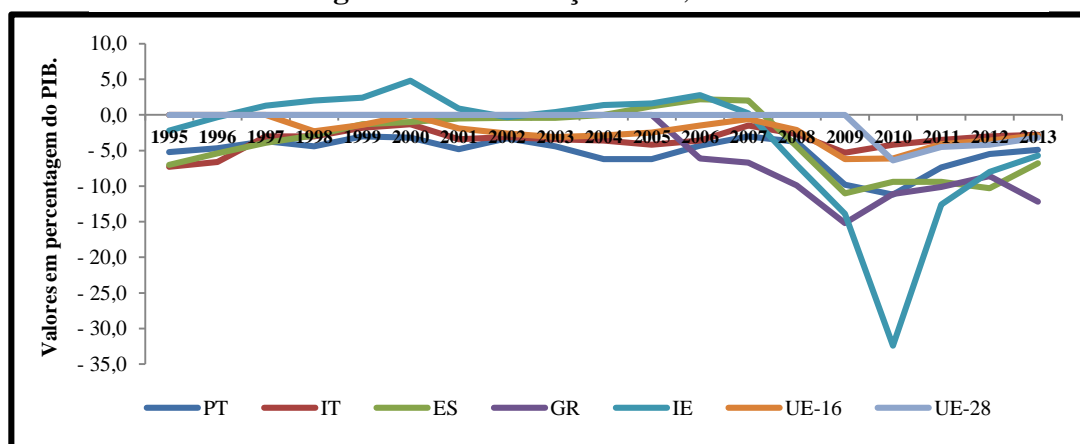
Fonte: Elaboração pela autora com dados recolhidos da PORDATA com recurso ao Excel.

Como mencionado anteriormente o défice orçamental em relação ao PIB, na Figura 3, no período 1995 a 2013, demonstra claramente que este grupo de países atualmente apresenta valores alarmantes deste indicador. Sendo que, GR, ES, IE, PT, IT e a média da UE-28,

respetivamente, apresentam os valores 12,2%, 6,8%, 5,7%, 4,9%, 2,8% e 3,2%. Em média os países integrantes da UE não estão a cumprir a meta estabelecida. A IE tem um percurso distinto dos outros países: no período de 1996-2007, exibiu um excedente orçamental, porém em 2007-2013, a sua realidade altera-se com uma queda abissal exibindo um elevado défice orçamental, em 2010 chegando aos 32,4%.

No caso de PT, GR e IR este é um dos fatores que contribuiu para que CE, BCE e FMI intervissem com um pacote de medidas de estabilidade económica, designado de “Memorandum of understanding on specific economic policy conditionality”¹³, que compreende um conjunto de medidas para minimizar de forma progressiva os problemas do défice orçamental, da dívida pública, da instabilidade financeira, entre outros, passando por uma monitorização da implementação e acompanhamento da execução.

Figura 3- Déficit Orçamental, em % do PIB



Fonte: Elaboração pela autora com dados recolhidos da PORDATA com recurso ao Excel.

Os indicadores anteriormente revistos ditam que este conjunto de países tem realidades idênticas entre si e que, de certa forma, não se aproximam da média da União Europeia. No período em estudo, que pode ser subdividido em duas partes, de 1995-2006 e 2007-2013, os valores obtidos são o oposto entre os períodos. A Crise Financeira Mundial teve múltiplos efeitos em vários indicadores macroeconómicos, assumindo-se que as economias mais vulneráveis sofreram de um “efeito contágio”, não escaparam às suas consequências comprovado nos valores desmedidos que os indicadores tomaram. Deste modo,

¹³ Ver <http://www.imf.org/external/country/index.htm#P>.

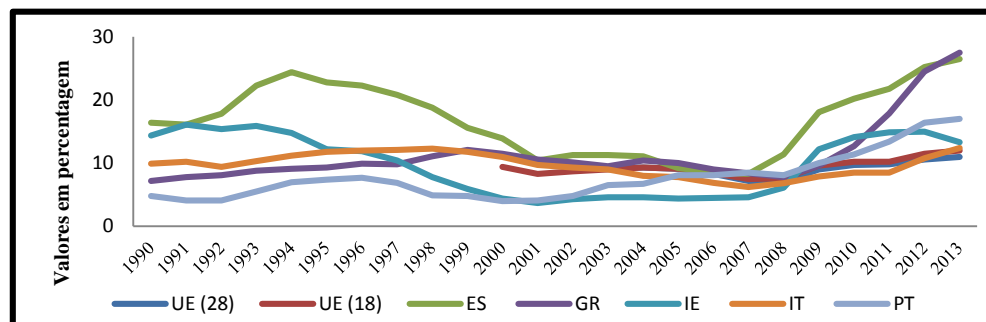
a crise financeira foi um dos contributos para que alguns países fossem obrigados a recorrer à Troika, ou seja, a sair dos mercados.

Noutra vertente, um indicador pertinente para a análise, tendo em conta a conjuntura económica, é a taxa de desemprego. Patenteia ao longo do período em questão, de acordo com a figura 4, uma variação ao longo do tempo. O país que se destaca é a ES, em 1993 com 22,3%, apresentando uma tendência de descida até 2007, quando regista uma taxa de desemprego de 8,7%. Um dos países em observação, PT, apresenta uma das mais baixas taxas de desemprego entre 1990 a 2000, com 4,8% e 4,0%. No ano de 2007, desencadeia-se uma subida da taxa de desemprego, afetando a GR, ES, PT, ficando acima da média da UE 28/18. Este indicador tem a particularidade de ter consequências no indicador analisado posteriormente, as despesas públicas sociais.

Segundo o relatório da OCDE “Society at a Glance 2014”, o número de indivíduos que habitam numa habitação onde ninguém desempenha qualquer processo produtivo em 2012, remete para 1 em cada 5 indivíduos na GR. Em PT, os valores são preocupantes. Maioritariamente o desemprego é de longa duração, além de que os indivíduos mais afetados são aqueles que têm um nível de educação abaixo do nível de secundário. É de destacar que 1 em cada 6 indivíduos compreendidos na faixa etária dos 15-24 anos, não desempenham qualquer tipo de atividade produtiva, nem se dispõem para tal. No caso da ES, o nível de emprego é dos mais baixos da OCDE, sendo o terceiro no conjunto dos países, deste modo deduzir-se-á que foi um dos países que mais contribuiu para que a média da Zona Euro subisse neste indicador.

De salientar que o desemprego tem tendência a afetar as famílias mais desfavorecidas, uma vez que 1 em cada 6 adultos em idade ativa está a residir em agregados familiares desfavorecidos, tendo este valor duplicado em relação aos valores antes da crise. Em PT estima-se que o desemprego tenha duplicado, afetando ainda mais as perdas de rendimentos das famílias.

Figura 4- Taxa de desemprego em %, dos 15 aos 64



Notas: A UE-18 exibe valores a partir do ano de 2000 - 2013 e UE – 28 expõem de 2003-2013.

Fonte: Elaboração pela autora com dados recolhidos da PORDATA, com recurso ao Excel.

4.2 A despesa com o Estado social

Uma das dimensões em estudo é o Estado social. Nesta secção proceder-se-á à análise da sua evolução utilizando como indicadores as despesas públicas sociais. Estas podem ser subdivididas em categorias de acordo com a classificação das funções das administrações públicas (COFOG)¹⁴, estas diferentes categorias, estão incluídas algumas mais relevantes em termos de % do PIB mas também outras menos relevantes, sendo importante, para determinar de forma objetiva as consequências do pós crise.

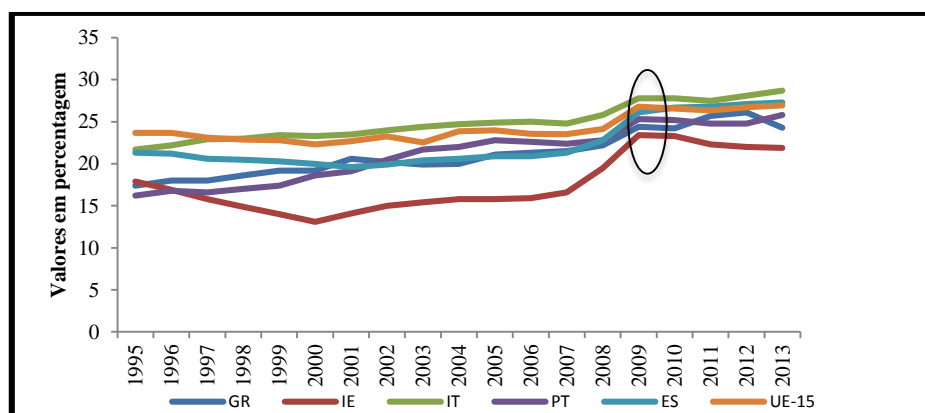
Através da base de dados da OCDE obteve-se a despesa pública total em % do PIB¹⁵ exibida na Figura 5, no período de 1995 - 2013, apresentando uma tendência crescente. A média da UE – 15 em 1995 apresentava um valor mais elevado, 23,6%, em comparação com os países periféricos, mostrando o mesmo comportamento até a atualidade. Contrariamente, PT em 1995 apresentava o valor mais baixo do conjunto dos países em investigação, 16,2%, ficando abaixo da UE - 15 com 26,67%. No entanto, a realidade de PT no grupo de países periféricos altera-se alcançando o terceiro lugar em 2013 com 25,8% face aos 26,95% da UE - 15. A IE em 1995 apresentava 17,9%, no decorrer dos anos foi crescendo. Porém, atualmente, regista o valor mais baixo com 21,9%. A ES é caracterizada por, em 2000 – 2001, sofrer uma

¹⁴ Classificação desenvolvida pela OCDE e publicada pela divisão de estatísticas das Nações Unidas (UNSD) em unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=4. No entanto, no Eurostat encontra-se as regras definidas para os países europeus.

¹⁵ A despesa social total, obtida através da OCDE, não inclui os gastos em educação pelo que esta categoria não consta neste indicador.

leve descida de 20% do PIB para 19,6%. No entanto, de 2008 – 2009 regista um aumento expressivo de 22,2% do PIB para 26,1%, seguindo posteriormente a mesma tendência. A IT tem uma tendência regular mostrando valores elevados quer para 1995 quer para 2013 com, respetivamente, 21,7% e 28,7%. É de referir que em termos de valores a IT foi dos países que menos aumentou, contrariamente a PT e GR. É pertinente ver a evolução dos países em observação apresentando dois ângulos¹⁶. Em primeiro lugar, ao longo da generalidade do período os países periféricos registam valores abaixo da média da UE – 15. Por outro lado, os valores aumentam em média 6,9% face ao ano 1995, contrariamente à média da UE-15 que obteve aproximadamente metade desse valor, com 3,28%. No entanto, face à comparação do antes e após da crise financeira, constata-se mudanças na distribuição da despesa social pública total, comprovando-se, com a visualização do círculo representado na figura 5, que todo o conjunto de países em pesquisa expõem o mesmo padrão em termos da forma como reagiram. Estes aumentaram a despesa social pública obtendo, no ano de 2009 o “pico” para todos os países em investigação, seguindo-se de uma gradual redução até 2012.

Figura 5- Total da despesa pública, em % do PIB.



Nota: UE -15 calculado a partir dos dados disponíveis na OECD.

Fonte: Elaborado pela autora com dados recolhidos da OECD utilizando o Excel.

Para compreender melhor as mudanças ocorridas nas despesas com proteção social no decorrer da crise, Bontout e Lokajickova (2013) analisam o processo que ocorreu entre 2009 a 2012, após a crise. Os autores, ressaltam o facto de a UE, em comparação com a

¹⁶ Segundo o Eurostat, as despesas sociais totais públicas em euro por habitante ao longo de todo espaço amostral – 1995 a 2011– os países apresentam um aumento exponencial. Exemplo deste facto, a IT de 1995 a 2004 obteve – 3752,8€; 6280,07€. Deduz-se que apesar de ser o mesmo indicador mas com unidade de medida diferente as conclusões são algo distintas no que respeita ao combinado de países em questão na investigação anterior.

OCDE, EUA e China, apresentar os valores mais elevados de despesas sociais relativamente ao PIB, no ano 2000, com respetivamente, 24%, 19%, 16% e 6%. As despesas sociais públicas totais aumentaram mais na OCDE durante o período de crise do que na UE, até 2011, posteriormente não diminuiu tanto na OCDE como na UE. Os autores frisam que a crise financeira económica de 2007 – 2012 divide-se em duas etapas. Na primeira etapa, 2007 – 2010, é caracterizada por um aumento das despesas com proteção social acionando-se assim os estabilizadores automáticos. Estes são representados primordialmente por uma maior proporção de despesas destinadas ao subsidio de desemprego, saúde, incapacidade, sobrevivência e um menor peso das despesas com as famílias ou exclusão social. Deste modo, os choques económicos que resultam em consequências adversas são combatidos, em parte, pelos estabilizadores, mas estes revelaram-se insuficientes face aos problemas deste período. Posteriormente, em 2011 – 2012, segue-se uma diminuição das despesas com proteção social, sobretudo devido à alteração do comportamento do emprego afetando assim as despesas destinadas aos subsídios de desemprego. Estas mudanças foram exceção nos países que registam elevadas taxas de desemprego, como se constatou na secção 4.1.

De acordo com o relatório da OCDE “Society at a Glance 2014” é imprescindível uma reforma na proteção social, sobretudo nos países que foram objecto de intervenção por parte de entidades europeias ou internacionais. Exemplo de algumas destas reformas é o facto de a GR enveredar pelo caminho de adaptação de medidas de apoio social com o intuito de garantir só as condições mínimas às famílias mais vulneráveis. No entanto, PT segue a mesma linha realizando uma reestruturação por via da diminuição da despesa para equilibrar o défice orçamental, deste modo, as atenções recaem agora sobretudo sobre os indivíduos em risco. A ES segue a mesma linha das descrições anteriores.

A despesa pública em proteção social, como referenciado na secção 4, engloba oito grandes áreas: a despesa pública em saúde, educação, sobrevivência, incapacidade, habitação, apoio às famílias, políticas ativas do mercado de trabalho e em subsídios de desemprego, (todas serão analisadas em % do PIB), deste modo procurará identificar-se de seguida o seu comportamento global ao longo do período e se houve mudanças devido à crise no comportamento de cada uma delas. Identificar-se-ão as componentes mais relevantes que correspondem à maior percentagem do PIB despendida.

Na Figura 6 encontram-se as despesas sociais destinadas às pensões em % do PIB, no período de 1995 – 2011, observando-se que sofreram oscilações. A IT é o país em destaque, apresentando valores mais elevados do que a média da UE-15 desde 1995 – 2011, com respetivamente 10,8% e 13,4%. Segue-se PT, com uma tendência crescente, com ênfase no período após 2003, quando regista 8% do PIB e atualmente com 11,3%. A IE apresenta valores bastante mais baixos em comparação com a UE – 15, respetivamente 3,6% e 7,94%, não sofrendo alterações significativas no período após a crise financeira, algo que não acontece com PT e ES. O comportamento da ES pode ser dividido em três períodos: 1995 – 1999 com 8,3% e 6,1%; 2000 – 2008 com 6,85% e 7,1%; e 2009 – 2011, tendo 8,1% a 8,9%. Deduz-se que o período da crise financeira estimulou uma maior presença do Estado social, aumentando o apoio a indivíduos idosos. Por último, a GR destaca-se pelas flutuações, com a maior quebra em 2005 – 2006, para 11,1% e 10%, sucedendo-se acréscimos até aos atuais 12,3% do PIB. Em síntese, no período de 1995 – 2007, anterior à crise financeira haveria oscilações em todos os países. Posteriormente, 2008 – 2011 no após-crise, de forma geral aumentaram o respetivo valor despendido em pensões. A UE – 15, face aos países em investigação, em 1995 apresenta valores abaixo de IT, GR e IE. Contudo atualmente, PT foi incluído neste conjunto de países, contrariamente à IE.

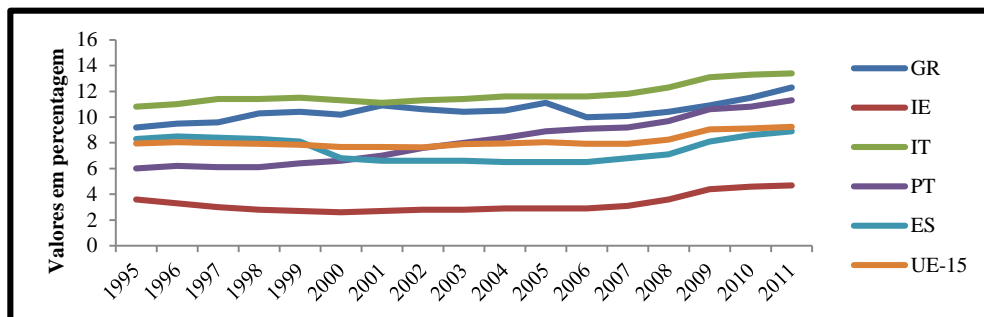
Os valores anteriores são justificáveis em virtude de, nas últimas décadas, ter-se assistido a uma alteração das condições de vida dos indivíduos em vários prismas, proporcionando um aumento da esperança média de vida. Estas originaram uma alteração na pirâmide etária dos países, em três formas. Primeiramente, o número de indivíduos do grupo etário idoso, avaliado através do índice de dependência de idosos¹⁷, verifica-se que ao longo do tempo tem vindo a aumentar. Seguidamente, o número de indivíduos que nascem mensurado pelo índice de fecundidade¹⁸, mostra um aumento. Deste modo, estes dois conjuntos de indicadores traduzem-se em consequências indiretas sobre o índice de renovação

¹⁷ Segundo Eurostat, relação entre os indivíduos em idade inativa – mais de 65 anos – com os indivíduos em idade ativa – 15 aos 64 anos. Entre 1995 a 2012, houve um aumento nos países, ES, GR, IE, IT e PT, com respetivamente de 22,4%, 17,7%, 24,3% e 22,2% para 26%, 30,4%, 18,2%, 32,3% e 29,1%.

¹⁸ De acordo, o Eurostat, o número médio de bebés que nascem vivos anualmente, tendo em conta as mulheres em idade fértil – 15 aos 49 anos. Traduzindo que no período de 1995 a 2012 um aumento em ES, IE, IT, GR e PT, de 57,5, 66,4‰, 79,4‰, 67,7‰ para 99,6‰, 87‰, 133,7‰, -, 80,6‰.

em população ativa¹⁹ e o índice de dependência total²⁰, proporcionando no longo prazo uma diminuição no número de pessoas em idade ativa.

Figura 6 – Despesas em pensões, em % do PIB.



Nota: UE -15 calculado a partir dos dados disponíveis na OECD.

Fonte: Elaborado pela autora com dados recolhidos da OECD utilizando o Excel.

Pela leitura da figura 7, nas últimas décadas conta-se uma evolução não muito expressiva nas despesas com pensões de sobrevivência em % do PIB na UE – 15, IT, PT e IE. Contrariamente, ES e GR registam alterações significativas; a primeira de 1999 – 2000, passando de 0,6 % para 2,1% e a segunda em 2005 – 2006 com 0,8% e 1,9%, respetivamente. Aqui, salientam-se dois fatores, primeiramente, a média da UE –15 exibe valores acima do conjunto de países em estudo ao longo de todo o período em estudo. Seguidamente, em 2007 os cinco países em observação alteraram o seu comportamento nesta categoria passando a despende uma maior % do PIB.

A figura 8 contém as despesas com incapacidade em % do PIB, contendo valores superiores para a UE – 15 em 1995 com 2,95% do PIB e 2011, com 2,65%. Seguem-se ES e IE com uma tendência crescente, oscilando ao longo do período entre 2% e 2,7%. PT contraria as evoluções dos países em estudo registando um comportamento constante até 2004. Posteriormente com diminuição no período de crise financeira 2008 – 2010, com 1,8% e 2,5%. O valor despendido em despesas por incapacidade por parte da GR é bastante inferior aos restantes, assumindo nos últimos três anos o valor mais expressivo, com 1% do PIB.

¹⁹ De acordo com o INE este indicador evidencia a relação entre os indivíduos que entram para o processo produtivo e aqueles que cessam funções, especificamente com a população dos 20 aos 29 anos com 55 aos 64 anos.

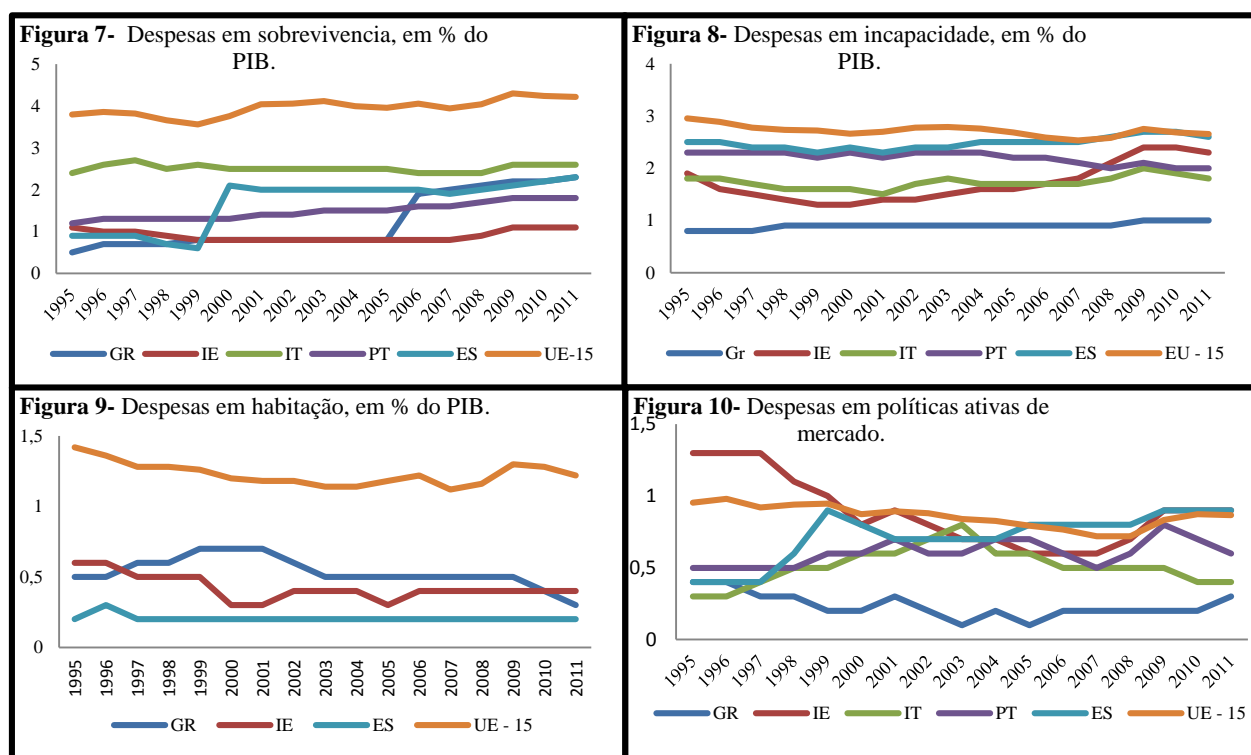
²⁰ Segundo, PORDATA, ligação entre a população idosa e jovem – 0 a 14 anos e mais de 65 anos – com a população em idade ativa – 15:64 anos-.

As despesas em habitação em % do PIB, representadas na figura 9, registam uma evolução deste conjunto de países entre 1995 a 2011, com 0,5% e 1,42% do PIB. É de frisar que PT e IT não despendem de qualquer apoio nesta categoria, expondo valores nulos, segundo os valores recolhidos pela OCDE. Assim sendo, esta categoria não pertence ao sistema de proteção social²¹.

A GR, em 1995, exibia 0,5%, registando oscilações entre 1997 – 2002 e no últimos dados, referente a 2011, com 0,3%. A ES apresenta um valor constante entre 1997 – 2011 com 0,2%. A IE de 1995 – 2007 é inconstante, posteriormente mantém-se em 0,4%. De outra forma, a UE – 15 mostra valores elevados face aos países em observação, compreendidos entre o intervalo 1,12 % - 1,42%.

A figura 10 contém as despesas em políticas ativas do mercado em trabalho em % do PIB, destinadas a uma variedade de medidas específicas para um público-alvo, nomeadamente os indivíduos desfavorecidos, sendo exemplo medidas para a promoção da educação ou do emprego. Neste gráfico existe uma grande discrepância entre os países, com grandes flutuações. A GR apresenta os valores mais baixos; em oposição a IE expõe valores relativamente elevados, respetivamente 0,1 % e 1,3% do PIB. No entanto, na UE – 15 os valores variam dentro do intervalo de 0,7% do PIB a 1%, obtendo maioritariamente valores acima dos países em observação. No entanto, nos últimos três anos PT apresenta uma queda de 0,83% do PIB para 0,6%, enquanto os restantes países, no máximo, oscilam 0,1% do PIB

²¹Ver http://ec.europa.eu/employment_social/empl_portal/SSRinEU/Your%20social%20security%20rights%20in%20Italy_pt.pdf e <http://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?OBJID=d3518917-5964-448b-b341-2ff3228d56dc>.



Notas: UE -15 calculado a partir dos dados disponíveis na OECD. Todas as figuras representadas no eixo y tem como unidade a percentagem. As despesas em habitação, em % do PIB, não exibe dados referente a IT e PT, sendo assim, não estão evidenciados no gráfico, tendo como base os dados da OCDE.

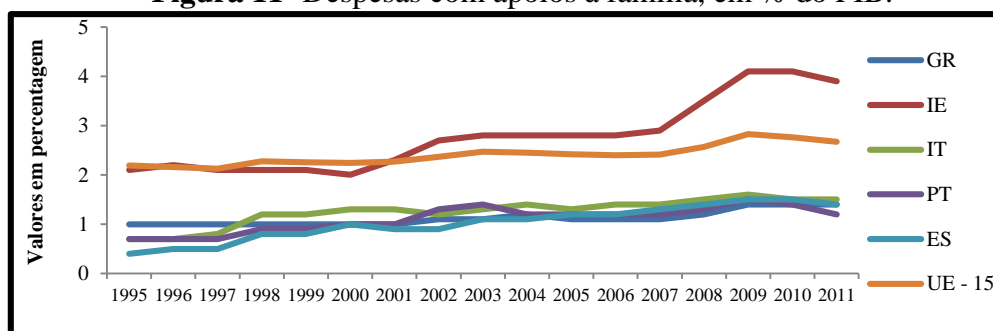
Fonte: Elaborado pela autora com dados recolhidos da OECD utilizando o Excel.

Em suma, no que toca às quatro figuras que representam as despesas destinadas às últimas quatro categorias examinadas anteriormente, estas apresentam valores mais elevados na UE-15 em comparação com os países periféricos. Os países alteraram o seu comportamento nas categorias de sobrevivência, incapacidade e habitação, ao longo do período de pesquisa, passando a despende uma maior % do PIB, porém este aumento não foi relevante e significativo para que estes alcançassem a média da UE -15. Deste modo, deduz-se que a presença do Estado social nos países periféricos, nestas categorias, é reduzida e por consequência poderá levar a um aumento das desigualdades. No entanto, ao longo deste período de tempo, 1995 – 2011, os países em observação apresentam sensivelmente o mesmo padrão de comportamento face a média da UE -15, com exceção da figura 10. A categoria mais relevante nesta conjuntura é as despesas em sobrevivência, gerando uma maior % do PIB, registando a UE-15 4,3% do PIB em 2009. Contrariamente, a despesa que canaliza uma menor percentagem do PIB é em políticas ativas do mercado de trabalho, registando a GR

0,1%. Na generalidade, as despesas sociais públicas no pós crise, face aos valores obtidos no período anterior, alteram o seu comportamento gradualmente, na maioria dos casos a partir de 2007 - 2009 aumentaram o valor despendido em % do PIB, posteriormente reduziram.

A figura 11 contém as despesas destinadas a apoios às famílias em % do PIB, com a média da UE – 15 a registar valores praticamente sempre mais elevados ao longo do intervalo de 1995 a 2011. A IE diferencia-se por apresentar uma grande proporção em % do PIB face aos restantes países periféricos, duplicando entre 1995 e 2009, respetivamente de 2% do PIB para 4,1%. Pela leitura deduz-se que IT, GR, ES e PT apresentam variações similares no decorrer dos anos, alcançando em 2011 respetivamente, 1,2%, 1,4%, 1,4% e 1,5%. No seguimento da análise, existe uma alteração evidente, no período anteriormente à crise - 1995 a 2008 - face ao posterior - 2007 a 2011. O comportamento dos países, com realce para a IE e UE-15. Assim sendo, a evolução pós-crise poderá levar a um aumento da desigualdade, pelo facto de as medidas de austeridade praticadas por este conjunto de países, terem acentuado a discrepância entre a UE-15 com PT, ES, GE e IT.

Figura 11- Despesas com apoios à família, em % do PIB.



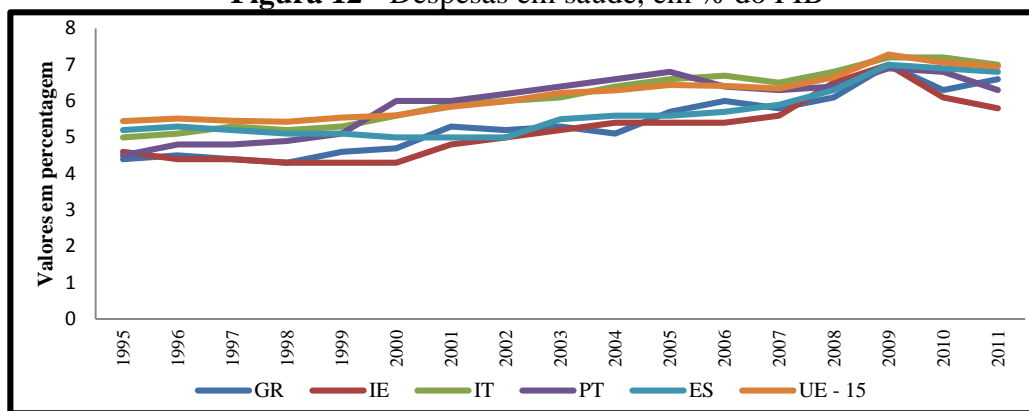
Nota: UE -15 calculado a partir dos dados disponíveis na OCDE.

Fonte: Elaborado pela autora com dados recolhidos da OCDE utilizando o Excel.

De outro modo, o crescimento das despesas em saúde em % do PIB, presentes na figura 12, no período de 1995 - 2001 demonstra pequenas alterações no total das observações, oscilando entre 4% a 7% do PIB, nos países em análise. Verifica-se que a UE-15 no período em questão regista os valores mais elevados. Por outro lado, alternadamente, PT e IT acompanham esta tendência, chegando a ultrapassar a média europeia no período de 2002 – 2008 e 2010 – 2011, respetivamente 6,2% – 6,8% e 7,2% – 7%. Por outro lado, a IE, GR e ES registam um aumento desta categoria em todo o período em análise mas nunca excedendo a

média da UE – 15. Estes países em 2009, como nas categorias anteriores, registam um pico, desde então tem tendencialmente diminuído o valor despendido em saúde em % PIB, podendo ser justificado pela crise financeira que originou um ajustamento orçamental neste grupo de países, sendo esta uma das categorias afetadas pela necessidade de redução da despesa pública. No entanto, estas medidas executas no período pós crise poderão levar a um aumento da desigualdade,

Figura 12 - Despesas em saúde, em % do PIB



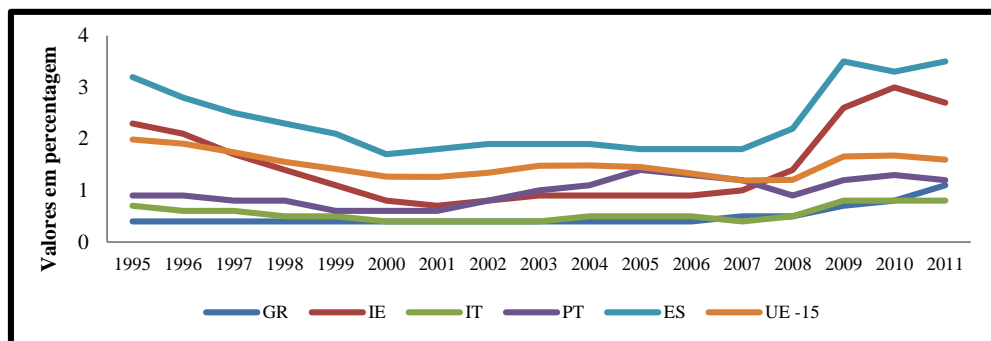
Nota: UE -15 calculado a partir dos dados disponíveis na OCDE.

Fonte: Elaborado pela autora com dados recolhidos da OCDE utilizando o Excel.

A figura 13 evidencia as despesas com o subsídio de desemprego em % do PIB. Verifica-se claramente uma variação ao longo do período de tempo em análise, com a exceção da IT. O ritmo da GR manteve-se constante ao longo dos primeiros doze anos, com 0,4% do PIB, tendo aumentado posteriormente, atingido em 2011 1,1%. A IT é o país que mais se assemelha à realidade grega, tendo em 2011 obtido 0,8%. Com grande relevo, a ES salienta-se pelos valores elevadíssimos em todo o período, com ênfase para o pico de 2009 com 3,9%. A IE destaca-se por em 1995 registar 2,3% seguindo-se uma diminuição até 2001 com 0,7%. Contudo, em 2009 sobe para o quintuplo desse valor, 3,5%. Este aumento é fundamentado pela subida abrupta do número de indivíduos desempregados. PT manifestou alterações antes da profusão da crise financeira, sendo que em 2001 eleva proporcionalmente as despesas de subsídios até 2006, expondo sinais que preconizam problemas estruturais macroeconómicos, seguindo-se uma diminuição 2007 – 2008, com 1,2% e 0,9%. Porém, segue-se um aumento de 2009 – 2010, seguindo a tendência dos países em investigação. A média dos países da UE – 15 variou em torno de um intervalo de 1% – 2%, em oposição ao conjunto de países em estudo

com 0,4% – 3,5%. Este indicador interliga-se com a taxa de desemprego anteriormente analisada na secção 4.1, concluindo-se que variam no mesmo sentido, recordando-se que o emprego caiu em maior proporção para os indivíduos que possuíam níveis de educação baixos e também nas classes etárias jovem e idosa. É de notar que o aumento no pós crise do desemprego foi na mesma proporção do aumento dos subsídios de desemprego, na UE -15.

Figura 13- Despesas com o subsídio de desemprego, em % do PIB.



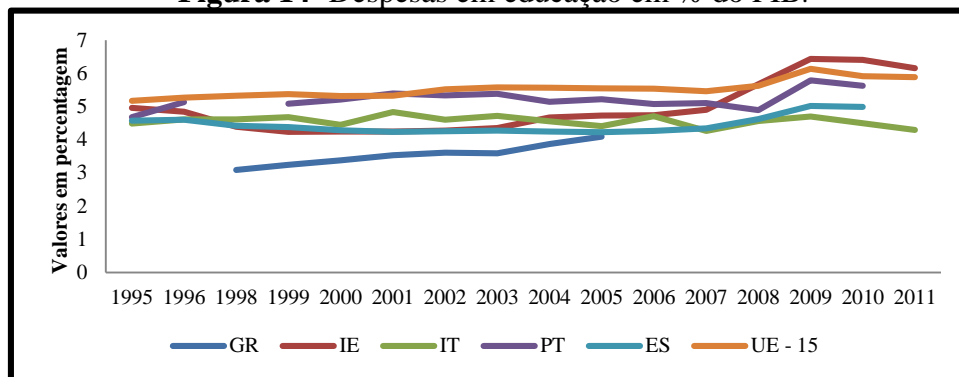
Nota: UE -15 calculado a partir dos dados disponíveis na OECD.

Fonte: Elaborado pela autora com dados recolhidos da OCDE utilizando o Excel.

Por último, apresentam-se as despesas em educação em % do PIB no período de 1995 – 2011. No entanto, note-se que não existem dados disponíveis no BM para o ano de 1997; a GR só possui dados para 1995 – 2003, sendo o número de observações uma limitação para retirar qualquer conclusão acerca deste país, em especial no período pós-crise. Deste modo, a GR apresenta um crescimento não muito expressivo com um aumento de 1%, registando em 2001 4,09%. Pela observação tendencialmente regular é a ES, tendo uma leve subida de 2007 – 2009, com respetivamente 4,34 % - 5,01%. PT acompanha a média europeia, obtendo o seu valor mais baixo em 2007, contrariamente ao seu registo em 2009 com 5,79%, valor mais elevado, justificado pelo projeto do Parque Escolar do governo de Sócrates. A IE tem uma evolução interessante: começou em 1995 no segundo lugar do grupo de países em investigação, passa para o segundo lugar dos países que menos despendia nesta categoria em 2000, com 4,22%. Com o decorrer do tempo a IE volta a despende mais, com grande destaque entre 2007 – 2009, com 4,89% e 6,154%, e atualmente está acima da UE-15, com respetivamente 6,15% e 5,88%. Como já referido a UE – 15 ao longo desta amostra alcança os valores mais elevados até 2007 com 5,62%. Deste modo concluímos, que dentro deste conjunto de países, a ES, nesta categoria, é um dos países que contribuiu numa menor

proporção para média europeia. A desigualdade pode exercer influência sobre o crescimento económico, por via do mecanismo de imperfeições do mercado de crédito. O capital humano é um fator decisivo.

Figura 14- Despesas em educação em % do PIB.



Nota: UE -15 calculado a partir dos dados disponíveis no BM.

Fonte: Elaborado pela autora com dados recolhidos da BM utilizando o Excel.

Em suma, na generalidade dos indicadores analisados obteve-se um aumento do valor despendido em % do PIB, no período em causa de 1995 a 2011. A UE-15 apresentar valores maioritariamente acima do conjunto de países em investigação, quer no período anterior ou posterior à crise. Confirma-se nas seguintes componentes as despesas em educação, sobrevivência, incapacidade e habitação, seguindo-se as despesas em saúde. Todavia, as componentes mais pesadas nas despesas em proteção social, remetem para a despesas em pensões que alcança na UE-15 13,1% do PIB no ano 2009, seguindo-se a despesa em saúde que obtém no ano 2009 7,8% do PIB em IT, outra categoria com valor elevado do PIB a despesa social em educação no ano 2009 atinge o valor 6,43% do PIB a IE.

A crise deflagra no final do ano de 2007. O após crise estimulou o aumento da maioria das categorias de despesa até 2009, obtendo-se o designado “pico”, depois, na maioria das categorias, procedeu-se a uma diminuição. A categoria que se destaca neste período de após crise cuja média aumentou mais face às outras, é as despesas em saúde, educação e em pensões. É de notar que estas categorias vão de encontro as despesas que representam um maior valor em termos de percentagem de PIB.

No período pesquisado, 1995 – 2013, constata-se que a crise financeira teve um maior impacto nos países periféricos do que na UE -15, pelos sintomas que este conjunto de

países apresentam: alteração do rendimento dos indivíduos, diminuição do emprego, diminuição da produção, entre outros. Além de que, depreende-se que no período anterior à crise os países apresentavam um sistema de proteção social indefeso e que proporcionou deste modo um apoio indevido às famílias.

No entanto, neste período de crise, era desejável que se procedesse a políticas de incentivo à criação de emprego e promoção da educação por via de uma maior presença do Estado social, com o intuito de estimular a acumulação de capital e, portanto, o crescimento económico. No entanto, criaram-se medidas mas, de certa forma, estas tornaram-se insuficientes, devido aos problemas estruturais e aos proporcionados pela conjuntura económica, resultando assim que as sociedades ficassem mais desiguais. Deste modo, os mecanismos de transmissão da desigualdade para o crescimento económico poderão ter sido acionados.

4.3 Desigualdade na distribuição do rendimento.

Esta secção tem como intuito analisar a evolução da desigualdade na distribuição do rendimento nos cinco países periféricos em comparação com a média da UE – 15. Para a sua concretização recorrer-se-á a dados obtidos no Eurostat relativos a dois indicadores de desigualdade na distribuição do rendimento: o coeficiente de Gini e o rácio de percentis de rendimento designado por S80/S20. Estes são uma combinação frequentemente usada para este tipo de investigação, que, segundo o Eurostat, são calculados com base em inquéritos realizados às famílias em todos os Estados Membros da UE de forma a tornar os dados comparáveis.

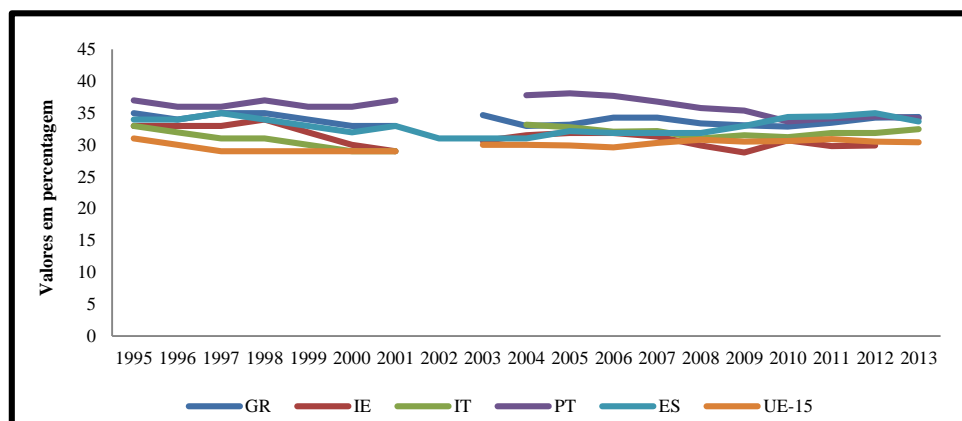
A figura 15 contém informação referente ao coeficiente de Gini após as transferências do Estado, sendo medido num intervalo de 0% a 100% - com uma maior pontuação para os países que registam maiores taxa de desigualdade - ao longo do período em observação 1995 – 2013, verificando-se um decréscimo no grupo de países.

A ES em 1995 regista um valor de 34%, com o decorrer dos anos regista um decréscimo até 2008, posteriormente a desigualdade foi aumentando, registando atualmente 33,7%. No mesmo sentido, a IT em 1995 apresentara 33%, sendo o país com menor

desigualdade face aos restantes países da periferia. Com o passar dos anos a realidade não se alterou muito e, em 2000, registava 32%. No entanto, agravou-se a desigualdade de rendimento nos anos de crise sendo prova de tal efeito o valor obtido em 2011, com 35%. Ao longo das duas últimas décadas e meia a IE teve uma diminuição da desigualdade de rendimento, em 1995 exibia 33%, passando em 2007 o indicador a 31,3%, posteriormente, alcançou o montante 29,9% em 2011. Contrariamente, PT neste intervalo de tempo ostenta valores alternados, apresentando-se em 1995 com 37% e nos seis anos subsequentes tendo uma ligeira diminuição até 2005 – período anterior à crise financeira – expondo o valor mais elevado neste período e do conjunto de países em observação, com 38,1% neste ano. Seguindo-se uma diminuição, chegando aos últimos três anos estabilizado com 34,2%. Na GR, comparando os valores de há 18 anos atrás com a atualidade, a realidade não se transforma obtendo montantes idênticos, respetivamente 35% e 34,4%. Por fim, não menos importante a UE – 15, em 1995 exibia 31% sendo o seu valor mais elevado, indicando que nestes últimos anos tem vindo a decrescer chegando a 2012 com 30,4%. Deduz-se que os países anteriormente analisados apresentavam na maioria dos anos valores mais elevados face à média da UE-15. Deste modo, estes países são aqueles que contribuem com a maior proporção para o disparar das desigualdades da Europa. Neste intervalo de tempo agravaram-se as desigualdades de rendimento em alguns anos podendo ser justificadas pela secção 4.1 com os indicadores macroeconómicos - a taxa de desemprego ou indiretamente o défice orçamental - não muito diferente na secção 4.2 o estudo empíricos das relação entre Estado Social e desigualdade.

É de realçar que no período pós – crise, especificamente para os cinco países no período de 2011 a 2012 – (IE: 29,8% – 29,1%; IT: 31,9% – 31,9%; ES: 34,5% – 35%; GR: 33,5% – 34,3%; PT: 34,2% – 34,5%) –, apesar de os valores não serem muito elevados face a outros anos pré-crise, período de 2005 a 2006 – (IE:31,9 % –31,9%; IT: 32,8% –32,1%; ES:32,2 % –31,9%; GR: 33,2% –34,3%; PT: 38,1% –37,7%) –. No entanto, é de notar que estes valores estão a aumentar em virtude da crise financeira, que por sua vez, pode ser agravado com a redução ou aumento insuficiente das despesa sociais em educação, apoio às famílias, incapacidade, sobrevivências, entre outras.

Figura 15 – Coeficiente de Gini, em %.



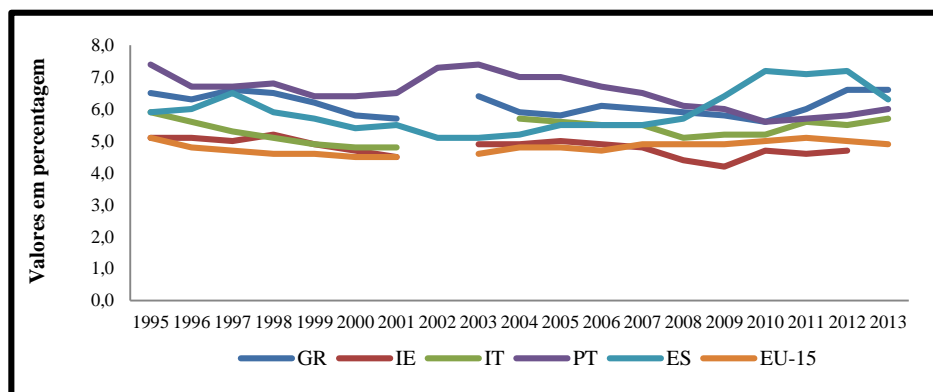
Notas: Período de análise de 1995 a 2011, dependendo dos dados disponíveis, com ausência de dados para os anos de 2001 a 2002 - GR, IE, IT, PT e UE-15-, por fim, em 2013 - IE.

Fonte: Elaborado pela autora com dados recolhidos do Eurostat utilizando o Excel.

De acordo com a figura 16, que diz respeito à relação entre o rendimento dos 20% mais ricos e o rendimento dos 20% mais pobres, rácio designado por $S80/S20$, sendo que um aumento deste indicador corresponde ao um aumento da desigualdade, PT, desde 1995 regista o valor mais elevado, 7,4; dez anos mais tarde a realidade não se altera alcançando o valor 7, diminuindo a desigualdade de forma pouco expressiva. No ano de 2009, em comparação com 1995, reduz-se a desigualdade, alcançando o valor 6. Após este ano, em 2010 – 2011, PT regista respetivamente 5,6 e 5,7, seguindo-se na mesma linha uma pequena diminuição da desigualdade. Contudo, atualmente a situação inverte-se, subindo a desigualdade, atingindo o rácio o valor 6. Os gregos não se distanciam do panorama português, em 1995 estavam acima da média da UE -15, com 6,5. Com o decorrer dos anos regista oscilações, alcançando o indicador 5,8 em 2005. No entanto, de 2009 a 2010 a desigualdade diminuiu de 5,8 para 5,6, mas nos anos subsequentes de 2011 – 2013 o indicador de desigualdade aumentou de 6 para 6,6. A ES apresenta uma realidade muito similar a estes dois países. O indicador de desigualdade em 1995 exibia 5,9 e, ao longo de todo o período de observação, apresenta valores superiores à UE-15. Todavia, de 2009 a 2012, passa de 6,4 para 7,2. Porém, a desigualdade diminuiu em 2013, alcançando 6,4. É de notar que a média da UE – 15, no período em questão, apresenta valores mais baixos para os países em estudo, com a exceção da IE, que acompanha a média europeia e chega mesmo a ultrapassá-la em 2007. Contrariamente, no caso de PT as discrepâncias são mais acentuadas. De acordo com a análise da informação

relativa a apenas uma parte da distribuição de rendimento, verifica-se que, após a crise financeira, a desigualdade aumentou. No entanto, apenas a partir de 2012 a situação inverteu para alguns dos casos, como a ES e GR.

Figura 16 – S80/S20, em %.



Notas: Período de análise de 1995 a 2011, dependendo dos dados disponíveis., com ausência de dados para os anos de 2001 a 2002 - GR, IE, IT, ES, PT e UE-15-, por fim, em 2013 -IE.

Fonte: Elaborado pela autora com dados recolhidos do Eurostat utilizando o Excel.

Em suma, os países periféricos posicionam-se claramente acima da UE – 15 em termos dos níveis de desigualdade, ou seja, neste grupo de países as desigualdades de rendimento são mais acentuadas do que na média europeia. Deste modo, deduz-se que os países em investigação são os que contribuem numa maior percentagem face aos restantes países europeus para a média europeia. Além de que, o país que se realça por uma maior desigualdade na distribuição do rendimento até 2009 é PT, quer pelo coeficiente de Gini ou rácio de percentis, posteriormente é a ES. No entanto, estes dois indicadores aumentaram no período de crise, 2007, até à atualidade. Assim sendo, a medida que representa uma parte da distribuição aumentou mais na GR e ES, por outro lado, pelo coeficiente de Gini foi mais evidente na ES. Todavia, o aumento da desigualdade de rendimento no período de pós crise foi maior nos países da periferia em comparação com a UE – 15.

O aumento da desigualdade de rendimento com o desencadear da crise, face aos mecanismos de transmissão da desigualdade sobre o crescimento revistos, em que três dos revistos têm consequências negativas sobre o crescimento económico, poderá contribuir para uma redução ainda maior deste. O aumento da desigualdade de rendimento verificado nesta

secção vai também ao encontro das conclusões da secção anterior, a redução do estado social, além de que variou em consonância com o comportamento dos indicadores macroeconómicos.

4.4 Regressão simples

Nesta secção procurar-se-á, através de uma análise estatística muito preliminar, identificar a potencial existência de uma relação entre o Estado social, a desigualdade na distribuição do rendimento e o crescimento económico, com o intuito de interligar as três dimensões. Proceder-se-á para o efeito à estimação de regressões simples considerando, numa primeira etapa, um dos indicadores da desigualdade na distribuição do rendimento como variável dependente e os diferentes tipos de despesa social, para além da despesa social total, tais como a despesa em pensões, saúde, educação, subsídios de desemprego, políticas ativas de mercados, sobrevivência, incapacidade e habitação, como variável explicativa. O objetivo é analisar o impacto do Estado social sobre a desigualdade, procurando comprovar se efetivamente, tal como é seu objetivo, conduz a uma redução da mesma. Numa segunda etapa, pretende-se explorar por sua vez o impacto da desigualdade sobre o comportamento do produto. Para o efeito estimam-se regressões simples com o nível ou a taxa média de crescimento do PIB real per capita como variável dependente e um dos indicadores da desigualdade na distribuição do rendimento como variável explicativa.

De modo a proceder à interligação das três dimensões, construiu-se uma base de dados²² com valores médios dos indicadores relevantes para a amostra dos países que compõem a UE – 15²³, embora nem todos os países possuam dados para todos os anos dos períodos para os quais as médias foram calculadas²⁴.

²² Período de análise de 1995 – 2011 fundamentado pelos dados disponíveis.

²³ Os países que constituem a UE – 15 são: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Espanha, Suécia e Reino Unido.

²⁴ Para o indicador de desigualdade, coeficiente de Gini não existe dados disponíveis para toda a amostra de países no ano 2002, ano de 2003 para IT e PT e para a IE no ano 2013.

As equações estimadas em cada etapa são então dadas, respetivamente, por:

$$Desig_{1995-2001,i} = a + bDespSoc(j)_{1995-2001,i} + m_i \quad (1)^{25}$$

$$Y_{2002-2011,i} = k + fDesig_{1995-2001,i} + e_i \quad (2)$$

A equação (1) considera como variável dependente, em alternativa, ou o coeficiente de Gini médio para o período 1995-2001 ou o rácio S80/S20 médio, representados genericamente por $Desig_{1995-2001,i}$, e como variável explicativa um dos indicadores de Estado Social, representados genericamente por $DespSoc(j)_{1995-2001,i}$, onde a letra (j) se refere à dimensão específica em análise, sendo considerados também os valores médios para o mesmo sub-período 1995-2001. A letra a identifica a constante e m_i corresponde ao termo de erro, que por hipótese apresenta as propriedades habituais. O principal objetivo com a estimação desta equação (1) é verificar se se confirma a hipótese de que o Estado social contribui para a redução da desigualdade na amostra considerada. Espera-se assim que o coeficiente β estimado seja negativo e estatisticamente significativo.

Na equação (2) o termo do lado esquerdo da equação, a variável dependente (Y_i), corresponde, alternativamente, ao logaritmo do PIB real per capita médio para o período de 2002 – 2011 ou à respetiva taxa média de crescimento; a variável independente ($Desig_i$) corresponde, alternativamente, ao coeficiente de Gini médio no período anterior 1995 – 2001 ou ao rácio S80/S20 médio para o mesmo período, de modo a, de alguma forma, evitarmos o problema da causalidade inversa; k representa a constante e, por fim, e_i corresponde ao termo de erro, com as propriedades usuais. Confirmando-se, através da estimação da equação (1), que o Estado social efetivamente contribui para uma redução da desigualdade, espera-se por sua vez que esta tenha um impacto negativo sobre o comportamento do produto, ou seja que o coeficiente ϕ estimado seja negativo e estatisticamente significativo, para desta forma fornecer alguma evidência preliminar de que o Estado social contribui positivamente para o crescimento económico por via da redução da desigualdade que acarreta.

Tendo como base o Quadro 2, onde se encontram os resultados relativos à estimação da equação (1.1) com as diversas categorias da despesa social pública como variável

²⁵ A equação designada por 1.1 apresenta como variável independente a média do coeficiente de Gini no período de 1995-2002. A equação designada por 1.2 tem como variável independente a média do S80/S20.

explicativa, verifica-se que globalmente os resultados estão de acordo com a hipótese em estudo, isto é, os coeficientes estimados são todos negativos, com a exceção da despesa de sobrevivência, embora nem todos sejam estatisticamente significativos.

Por outro lado a despesa social total expõe um coeficiente estimado menos relevante mas estatisticamente significativo, com -0,8177. À medida que existe um maior impacto da despesa social total terá efeito na diminuição da desigualdade. No entanto, para uma melhor percepção é relevante olhar para as diferentes componentes da despesa social.

As componentes da despesa social que apresentam coeficientes negativos mais relevantes e estatisticamente significativo são as, despesas com de políticas ativas do mercado de trabalho, despesas de apoio às famílias, despesas em incapacidade e a despesas em subsídios de desemprego, com respetivamente -5,33, -3,77, -2,97 e -2,95. Estes valores poderão ser fundamentados, primeiramente, pelas distintas políticas utilizando diversos instrumentos aplicados às entidades para promover o emprego, produtividade, entre outros, proporcionando que haja uma diminuição da desigualdade pelo grupo de indivíduos beneficiado, assim sendo, estimula o crescimento económico. Seguidamente, por uma maior presença do Estado social pelo apoio prestado às famílias mais desfavorecidas transpõem num aumento de rendimento disponível dessas, sendo assim, estimula a uma diminuição da desigualdade, que por si só, proporcionará um aumento do consumo privado e aumenta o crescimento económico. No longo prazo poderá incentivar as famílias a investir no capital humano dos seus filhos. O terceiro coeficiente, a despesa por incapacidade, é determinante para os indivíduos sem qualquer fonte de rendimento, quer por incapacidade de trabalho, deficiência, entre outras. Deste modo, obtêm uma fonte de rendimento causando uma redução da desigualdade, como referido anteriormente, estimular-se-á o consumo privado proporcionando num efeito direto sobre o crescimento económico. Por último, os subsídios de desemprego vêm atenuar o facto dos indivíduos terem perdido a sua fonte de rendimento, portanto diminuindo a desigualdade de rendimento dos indivíduos e afetará positivamente o produto. É de ter em conta contudo, que estes podem conduzir a um menor esforço de trabalho pelos indivíduos, conduzindo a um impacto negativo sobre o processo produtivo.

No mesmo segmento mas menos expressivo e sem significância estatística, as despesas em educação, aparece com um $\hat{\beta}$ de -1,33138. No segmento a despesa em habitação

e pensões, com respetivamente, -0,868 e -0,469. Por não obterem significância estatística não vão obter nenhum impacto do Estado social sobre a desigualdade e por consequência, no produto. Com uma realidade oposta, a despesa social de sobrevivência, em que o coeficiente estimado não está de acordo com a hipótese em estudo, ou seja, é positivo com 0,321476, porém não é estaticamente significativo.

Quadro 2- Resultados da estimação da equação (1.1).

Variável	Coeficiente (erro padrão)	rácio-t	valor p	R ²	NºObs.
D_Total	-0,817797 (0,173634)	-4,710	0,0004**	0,630504	15
D_Pensões	-0,469179 (0,549568)	-0,8537	0,4087	0,053088	15
D_Sobrevivência	0,321476 (1,49618)	0,2149	0,833	0,003539	15
D_Incapacidade	-2,97558 (0,762120)	-3,904	0,0018 ***	0,539725	15
D_Habitação	-0,868110 (2,94395)	-0,2949	0,7727	0,006644	15
D_PolíticasAtivasMercado	-5,33721 (1,64091)	-3,253	0,0063 ***	0,448670	15
D_Saúde	-0,874099 (1,19881)	-0,7291	0,4788	0,039289	15
D_ApoioasFamílias	-3,77398 (0,724134)	-5,212	0,0002 ***	0,676311	15
D_SubsídeosDesemprego3	-2,52185 (1,05277)	-2,395	0,0324 **	0,306229	15
D_Educação	-1,33138 (0,920742)	-1,446	0,1719	0,138552	15

Notas: As notações (*), (**) e (***) correspondem ao nível de significância considerado na rejeição da hipótese nula, 10%, 5% e 1%, respetivamente. Dj__j = despesa social na componente j. A despesa social total divide-se gastos em pensões de reforma, pensões de sobrevivência, pensões de incapacidade, de habitação, apoio às famílias, em políticas ativas de mercado, saúde, subsídios de desemprego. A despesa social total não incluiu os gastos em educação.

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Eurostat e OCDE, recorrendo ao programa Gretl.

Pela leitura do quadro 3, que apresenta os resultados da estimação da equação (1), tendo como medida do desigualdade de rendimento rácio S80/S20, as conclusões são similares às do quadro 2, embora os coeficiente diminuam face aos analisados anteriormente. As diferenças mais expressivas referem-se à despesa social em educação que apresenta o valor

para $\hat{\beta} = 0,279345$, face ao coeficiente estimado do coeficiente de Gini $-1,33138$, no entanto não são relevantes porque não são estatisticamente significativos.

Quadro 3- Resultados da estimação da equação (1.2).

Variável	Coeficiente (erro padrão)	rácio-t	valor p	R ²	NºObs.
D_Total	-0,580878 (0,144430)	-4,022	0,0015 ***	0,554418	15
D_Pensões	-0,184523 (0,424719)	-0,4345	0,6711	0,014312	15
Sobrevivência	0,206015 (1,13388)	0,1817	0,8586	0,002533	15
D_Incapacidade	-2,36648 (0,541520)	-4,370	0,0008 ***	0,594985	15
D_Habitação	-0,106786 (2,23720)	-0,04773	0,9627	0,000175	15
D_PolíticasAtivasMercado	-4,21135 (1,19910)	-3,512	0,0038 ***	0,486871	15
D_Saúde	-0,682691 (0,906885)	-0,7528	-0,7528	0,4650	15
D_ApoioasFamílias	-2,69293 (0,609624)	-4,417	0,0007 ***	0,600160	15
D_SubsídiosDesemprego	-2,05446 (0,769362)	-2,670	0,0193 **	0,354222	15
D_Educação	-0,279345 (0,747425)	-0,3737	0,7146	0,010631	15

Notas: As notações (*), (**) e (***) correspondem ao nível de significância considerado na rejeição da hipótese nula, 10%, 5% e 1%, respetivamente. Dj__j = despesa social na componente j. A despesa social total divide-se gastos em pensões de reforma, pensões de sobrevivência, pensões de incapacidade, pensões de habitação, apoio às famílias, em políticas ativas de mercado, saúde, subsídios de desemprego. A despesa social total não incluiu os gastos em educação

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Eurostat e OCDE, recorrendo ao programa Gretl.

Os resultados da estimação da equação (2), o quadro 4, ditam que o coeficiente estimado obtido quando a variável dependente é o logaritmo do PIB real per capita (2002-2011) e a variável explicativa o coeficiente de Gini médio (1995 - 2002) é igual a $-0,151397$. Este coeficiente prevê assim uma relação negativa entre a desigualdade e o crescimento económico, ou seja, quanto maior à desigualdade menor será o produto. O sinal do coeficiente está de encontro a revisão de literatura, secção 3.1, especificamente os três primeiros

mecanismos de transmissão da desigualdade para o crescimento económico. É de ter em conta contudo que a correlação não implica necessariamente causalidade.

Seguidamente, procedem ao mesmo método de análise da relação mas com alteração na variável explicativa, alterando-se para a medida de desigualdade S80/S20 médio. O valor do coeficiente é negativo, respetivamente $-0,553766$. Pela comparação dos dois coeficientes depreende-se, assim, que é mais expressivo o impacto do indicador de desigualdade rácio de percentis. Tal deve-se ao facto de ter só em conta uma parte da distribuição de rendimento, ou seja, 20% dos indivíduos mais pobres face aos 20% dos mais ricos. Ou melhor, o impacto de um maior coeficiente de Gini parece dever-se sobretudo à desigualdade na cauda da distribuição. Se a diminuição da desigualdade dos mais pobres relativamente aos mais ricos, aumenta o produto e o crescimento deste.

No entanto, em termos de efeitos permanentes sobre a taxa de crescimento é mais rigoroso estimar a relação entre a taxa média de crescimento do PIB real per capita no período 2002 – 2011 face às medidas de desigualdade, verificando-se que o coeficiente de Gini apresenta um coeficiente estimado $-0,000796272$. Seguindo, e o S80/20, $-0,00344740$.

Quadro 4: Resultados da estimação da equação (2).

		Coefficiente (erro padrão)	rácio-t	valor p	R ²	Nº Obs.
Variável dependente: Logaritmo do PIB real Per capita	Coefficiente_de_Gini	$-0,151397$ (0,0358063)	$-4,228$	0,0010 ***	0,578986	15
	S80/S20	$-0,553766$ (0,158427)	$-3,495$	0,0039 ***	0,484491	15
Variável dependente: Taxa média de crescimento do PIB rela per capita	Coefficiente_de_Gini	$-0,000796272$ (0,000265474)	$-2,999$	0,0103 **	0,409000	15
	S80/S20	$-0,00344740$ (0,000996191)	$-3,461$	0,0042 ***	0,479492	15

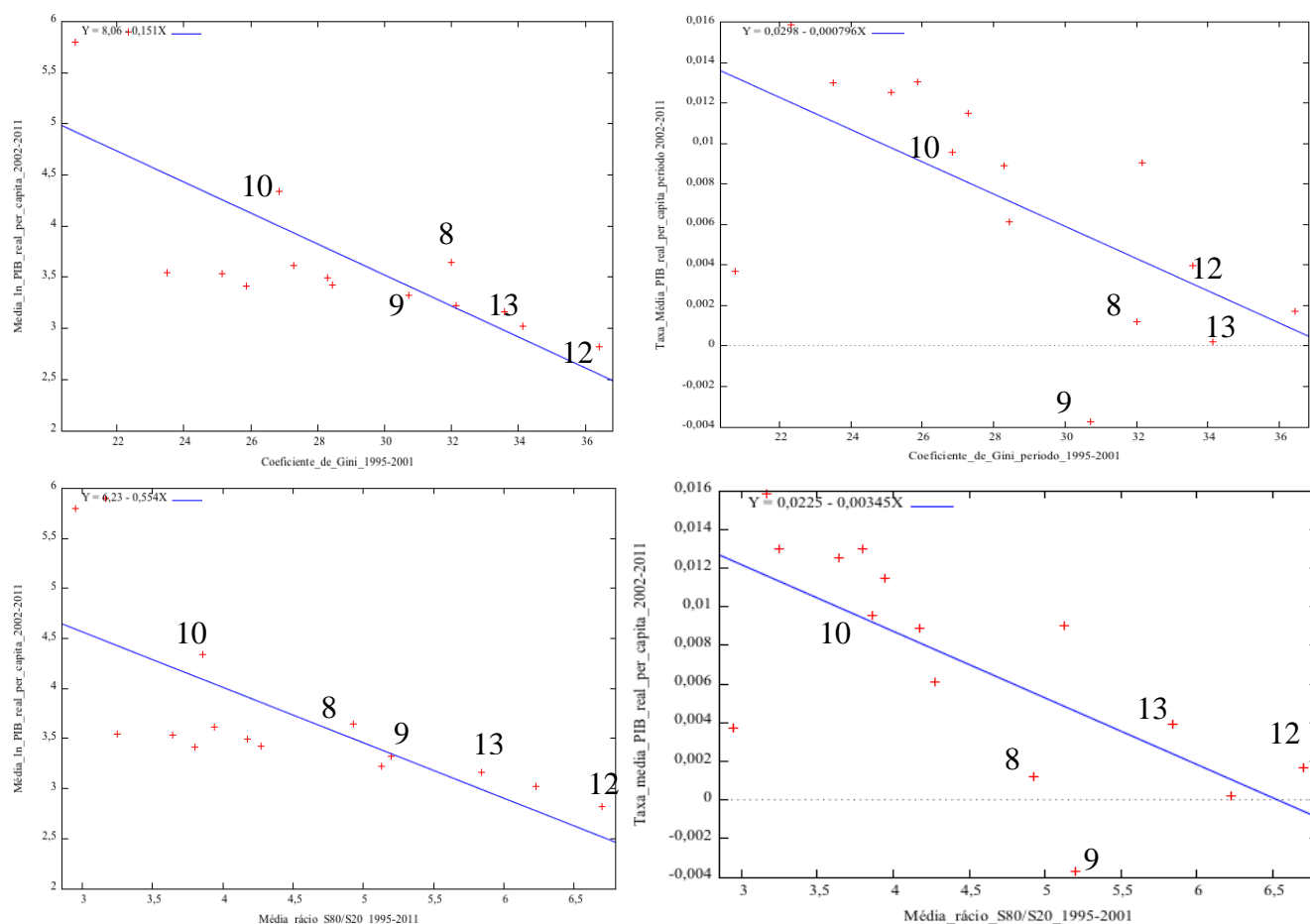
Notas: A primeira estimação tem como variável dependente o logaritmo do PIB real per capita médio no período de 2002 – 2011. A segunda estimação, considerada como variável dependente a taxa média de crescimento do PIB real per capita no período de 2002 – 2011. As notações (*), (**) e (***) correspondem ao nível de significância considerado na rejeição da hipótese nula, 10%, 5% e 1%, respetivamente.

Fonte: Elaboração própria com dados do Eurostat e Ameco, recorrendo ao programa Gretl.

Para uma pela leitura mais imediata dos resultados no quadro 4 e para identificar melhor posição dos países em observação face aos restantes países europeus, a figura 17 contem a representação gráfica da recta de regressão e valores observados verifica-se que os

países periféricos apresentam uma realidade oposta aos países Suécia, Países Baixos, Finlândia e Dinamarca - pontos onde a desigualdade de rendimento é baixa e produto é elevado. No entanto, à medida que os pontos estiverem mais perto da reta maior será a sua relação entre as variáveis. Esta, é negativa como se pode verificar pelo declive negativo. Neste caso, à medida que o coeficiente de Gini aumenta, a tendência é para que produto seja mais baixo, como se verifica para o caso de PT, GR, IT e ES. Por último, IE apresenta uma realidade similar aos países referidos anteriormente²⁶.

Figura 17 – Diagramas de dispersão.



Notas: 8 –GR; 9–IT; 10–IE; 12–PT e 13–ES.

O primeiro diagrama de dispersão – lado esquerdo –, apresenta como variável dependente o logaritmo do PIB real per capita 2002-2011 e variável independente a média do coeficiente de Gini 1995-2001; o segundo

²⁶ Os países mencionados anteriormente remete para Suécia, Países Baixos, Finlândia e Dinamarca.

diagrama – do lado direito –, tem como variável dependente a taxa média de crescimento do PIB real per capita 2002-2011 e variável independente a média do coeficiente de Gini 1995-2001.

O segundo diagrama de dispersão – lado esquerdo –, apresenta como variável dependente o logaritmo do PIB real per capita 2002-2011 e independente a média do rácio S80/S20 1995-2001; o segundo diagrama – do lado direito –, tem como variável dependente a taxa média de crescimento do PIB real per capita 2002-2011 e variável independente a média do rácio S80/S20 1995-2001.

Fonte: Dados retirados do Eurostat e Ameco. Elaborado pela autora recorrendo ao Gretl.

5. Conclusões

Este trabalho de projeto tem como objetivo refletir sobre o impacto das políticas de austeridade praticadas nos países da periferia europeia, interligando três dimensões o Estado social, a desigualdade de rendimento e o crescimento económico. A revisão de literatura aponta para um efeito negativo da desigualdade sobre o crescimento económico através dos mecanismos das imperfeições no mercado de crédito, instabilidade sócio-política e política orçamental; embora se tenha também identificado um mecanismo que dita o contrário o canal da poupança. A revisão de alguns estudos empíricos sobre a relação entre o Estado social e a desigualdade aponta para uma redução desta e económica onde o Estado social tem uma maior presença. A revisão de literatura aponta assim para a possibilidade das possíveis amostras, ao reduzirem o Estado social, conduzirem a um aumento da desigualdade na periferia europeia e, por essa via, comprometer o crescimento económico.

Para tentar responder aos objetivos pretendidos, procedeu-se a uma análise de estatística descritiva, de indicadores representativos que assentam em três pontos fulcrais, no período de 1995 – 2013, com o objetivo de interligar Estado social, desigualdade e crescimento económico.

A primeira grande conclusão que se retira da análise dos diversos indicadores, os países periféricos anteriormente à crise financeira apresentavam já problemas estruturais – défice orçamental e dívida pública elevados –, bem como um crescimento inferior à média da UE-15. Seguidamente, deduz-se, pela análise da dimensão do Estado social, concretamente das diversas categorias da despesa social, que no período de 1995 – 2013 claramente existiu uma alteração no valor que o Estado despende (em % do PIB), com maior realce para o período do pós-crise financeira, 2007 - 2013. Em suma, a maioria das categorias registaram um “pico” em 2009, posteriormente diminuíram gradualmente, correspondendo a uma menor presença do Estado social. No terceiro ponto, a desigualdade de rendimento, investigada por

meio de uma análise do coeficiente de Gini ou rácio S80/S20, constata-se que a desigualdade de rendimento dos países em estudo é maior do que a desigualdade na UE -15, ao longo de todo período em estudo, com realce para o pós-crise em que a desigualdade se agrava.

Por último, através da regressão simples o Estado social, desigualdade e crescimento económico, foram interligados. Comprovou-se que, através da alteração de algumas das componentes do Estado social este terá implicações na desigualdade de rendimento, que por sua vez, afetará o crescimento económico. Comprova-se assim a primeira hipótese em estudo, um aumento no Estado social se traduzir-se-á numa redução na desigualdade de rendimento e a segunda hipótese, que o Estado social contribui positivamente para o crescimento económico por essa via. Com efeito, os resultados da regressão simples considerando como variável dependente a desigualdade e a variável explicativa o Estado social conduziram a um coeficiente estimado de sinal negativo, o mesmo acontecendo para o coeficiente estimado que estima o impacto da desigualdade sobre o comportamento do PIB real per capita.

Apesar da evidencia anterior, em estudos futuros será necessária uma análise mais robusta com adequação dos métodos utilizados e a introdução de um conjunto mais vasto de variáveis explicativas.

Em todo o caso, os resultados apontam para a necessidade de repensar as políticas de austeridade relativas ao Estado social de forma a evitar, pela via do agravamento da desigualdade, comprometer o crescimento económico de países muito vulneráveis.

Lista de referências bibliográficas

Andrade, J., Duarte, A. & Simões, M., (2009^a) Channels of transmission of inequality to growth: A survey of the theory and evidence from Portuguese perspective. GEMF- Grupo de Estudos Monetário e Financeiros.

Andrade, J., Duarte, A. & Simões, M., (2013) Despesa Pública em Educação e Saúde e Crescimento Económico : Um Contributo para o Debate sobre as Funções Sociais do Estado. GEMF- Grupo de Estudos Monetário e Financeiros.

Andrade, J., Duarte, A. & Simões, M., (2013) A regional perspective on inequality and growth in Portugal using panel cointegration analysis. GEMF- Grupo de Estudos Monetário e Financeiros, pp.1–30. Available at: <http://link.springer.com/10.1007/s10368-013-0236-9>.

Andrade, J., Duarte, A. & Simões, M., (2014) “Inequality and Growth in Portugal: a time series analysis.” *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, nº37.

Bontout, Olivier; Lokajickova, T., (2013) Social protection budgets in the crisis in the EU. European Commission, pp.1–42.

Caruana, C., 2010. Measuring the efficiency and effectiveness of the welfare state: a comparative study of the EU - 27 member states. *Bank of Valletta Review*, pp.75–106.

European Comission (2011) Metas Europa 2020. Taxa, E.-M.. *European*, p.2. Available at: http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/targets_pt.pdf.

Hagfors, R. & Kajanoja, J., (2007) The Welfare State , Inequality and Social Capital. The Social Institution, Finland, (March), pp.1–34.

Herzer, D. & Vollmer, S., (2011) Inequality and growth: evidence from panel cointegration. *The Journal of Economic Inequality*, 10(4), pp.489–503. Available at: <http://link.springer.com/10.1007/s10888-011-9171-6>.

Kuznets, S., (1955) Economic Gwrowth and Income Inequality. *The American Economic Review*, XLV, p.30. Available at: <https://www.aeaweb.org/aer/top20/45.1.1-28.pdf>.

Moreno,Pérez, (2009) An Assessment of the Causal Relationship between Growth and Inequality in Spanish Regions. *European Planning Studies*, 17(3), pp.389–400. Available at: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09654310802625296>.

Neves, P.C. & Silva, S.M.T., (2013) Inequality and Growth: Uncovering the Main Conclusions from the Empirics. *Journal of Development Studies*, 50(1), pp.1–21. Available at: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00220388.2013.841885>.

Neves, P.C. & Silva, S.T., (2010) FEP WORKING PAPERS Inequality and Growth : Uncovering the main conclusions from the empirics. Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

OCDE, 2014a. Panorama de la Sociedad (2014) Resultados Clave : España La crisis y sus consecuencias. OCDE, (March), pp.1–8.

OCDE, 2014b. Society at a Glance (2014) Highlights : Greece The crisis and its aftermath. OCDE, (March), pp.1–3.

OCDE, 2014c. Society at a Glance (2014) Highlights : Portugal The crisis and its aftermath. OCDE, (March), pp.1–4.

Piachaud, D., (2013) Social protection, redistribution and economic growth. *Development Southern Africa*, 30(1), pp.24–38. Available at: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0376835X.2012.756101>.

Pereira, Orlando, (2005) Importancia da Intervenção pública na economia de mercado, I, Orlando P. *. *Estudios Ecnómicos de Desarrollo Internacional*, 5, pp.117–132.

Anexo

Quadro A.1 - Resumo de estudos empíricos.

Autores	Amostra	Metodologia	Variável Dependente Variáveis Independentes	Principais resultados
Andrade, Duarte e Simões (2014)	Portugal 1985-2007 Dados: Ameco	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Séries temporais, utilizando o modelo VAR. ✓ O objetivo insere na utilização da relação entre produção, desigualdades e educação para examinar a relação entre desigualdade e crescimento. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Medida de desigualdade, “I” (coeficiente de Gini, rácio de percentil); ✓ Educação, “E”, (12 anos de escolaridade); ✓ Produção, “Y”. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A desigualdade de rendimento tem um impacto negativo sobre o produto, confirmando assim, a visão de que a desigualdade é prejudicial para o crescimento.
Andrade, Duarte e Simões (2013)	Portugal 1995-2007 Dados: INE	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Investigação empírica da relação entre desigualdade e crescimento das Regiões Nut III, em Portugal. ✓ Testar a ordem de integração das variáveis. ✓ Estimação dos coeficientes de longo prazo utilizando OLS e painel de cointegração. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O PIB real per capita; ✓ Desigualdade de rendimento; ✓ Média de anos de escolaridade por níveis de educação; ✓ Medida da estrutura produtiva regional; ✓ Rácio de fundos estruturais. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Existência de uma relação de longo prazo entre as variáveis, onde o efeito de desigualdade medido pelo coeficiente de Gini sobre a produção é negativo. ✓ Resultados confirmam uma relação positiva entre capital humano e output. ✓ A relação entre fundos estruturais e de output apontam para uma relação negativa.

Bontout e Lokajickova (2013)	Países da UE 27, EUA, China e OCDE 2000-2012	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Determinação da evolução das despesas em proteção social no período de crise. ✓ Os autores utilizam as oito áreas ESSPROS para determinar o objetivo. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Diversos indicadores por sectores da despesa social: <ul style="list-style-type: none"> – Despesas em saúde pública; – Total das despesas em proteção social; – Medidas das despesas de desemprego; – O Produto Interno Bruto; – Rendimento das famílias; – Despesa em subsídios de desemprego. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O período de crise conduziu a medidas distintas em cada estado membro. ✓ As despesas de proteção social, envergaram em duas fases, aumentaram em 2009 e após 2011 diminuíram, excepto países onde a tendência de desemprego continuara a aumentar. ✓ Este período é caracterizado pela diminuição dos rendimentos das famílias, pelo aumento dos impostos e diminuição de benefícios contraídos pelo estado .
Caruana (2010)	Europa 27 2000-2008 Dados: Eurostat	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aplicação de um indicador composto com a agregação de índices. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Índice de crescimento; ✓ Índice efetivo de Pobreza; ✓ Índice de Gini; ✓ Índice de Emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Existe uma grande divergência entre os grupos de países, nórdicos, mediterrâneo e anglo-saxónicos no que diz respeito aos diversos índices, derivado da aplicabilidade distinta da função do Estado social. ✓ O Estado social nos países mediterrâneos oferecem um nível de benefícios apenas o suficiente para satisfazer as necessidades básicas, contrariamente aos países nórdicos.
Hagfors e Kajanoja (2009)	23 países (EUA, países nórdicos, países mediterrâneos, Suíça, Austrália, Japão, entre outros..)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Utilização de uma base dados com a amostra indicada com o objetivo de obter as correlações entre as variáveis. ✓ O circulo virtuoso confirma-se ou rejeita-se, de tal modo, analisar-se-á a interligação entre Estado Social e a desigualdade. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ As variáveis em estudos: <ul style="list-style-type: none"> – Indicadores do esforço do Estado Social; – Indicadores que expressem a desigualdade (índice de Gini limitações impostas á liberdade individual de escolha, rendimento intergeracional); – Indicadores de capital social; – Outros indicadores (índice WISP, índice de Pobreza Humana (IPH) das Nações Unidas, Inquérito Valor Mundial, indicador económico: PIB). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O inconveniente relevante é o número de observações não era significativo.

Herzer e Vollmer (2011)	46 países (OCDE) Período de 1970 - 1995	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Objetivo de obter a relação de longo prazo entre a desigualdade de rendimento e crescimento económico, utilizando técnicas de cointegração. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desigualdade de rendimento, (coeficiente de Gini); ✓ Taxa média de investimento ✓ Efeitos fixos para cada país Tendências temporais para cada país 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Impacto sobre o produto negativo. ✓ Disparidades entre os países ricos e pobres não expressivas.
Moreno (2007)	Espanha 17 regiões 1970 - 2000	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O intuito de alcançar uma relação entre desigualdade e crescimento económico. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Índice Theil; ✓ Índice de Gini ✓ Índice de Gini utilizando a escala da OCDE Índice de Gini utilizado a mudança de escala da OCDE 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Restruturações do ponto de vista económico, social e institucional ✓ Efeitos em diversas áreas como: aumento das universidades, entre outros. <p>Redução da desigualdade proporcionando-se um aumento do crescimento económico</p>
Papatheodourou e Pavlopoulos (2014)	Países da UE 1996-2008	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Análise da desigualdade e as disparidades de rendimento nos EM da UE. ✓ Utilização de dados EU-SILC e ECHO. Estes dois conjuntos de dados fornece informações sobre as condições de vida e as características socioeconômicas dos indivíduos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Diferentes sistemas de proteção social: (Liberal, Conservador, entre outros) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os países que mais contribuíram para o total das desigualdades da UE-15 foram o Reino Unido e os países do sul da Europa; ✓ As políticas de redução da desigualdade aplicadas em cada EM seriam mais eficazes se aplicadas na redução da desigualdade geral da UE; ✓ As políticas sociais têm como fim a redução da desigualdade na UE, sendo assim deveriam tornar-se uma prioridade na Agenda da UE.

Fonte: Elaboração pela autora.

Quadro A.2 - Metas da Europa 2020²⁷.

EM/Metas dos EM	Taxa de emprego (em %)	Abandono escolar precoce em %	Ensino superior em %	Redução da população em risco de pobreza ou de exclusão social
Grande objetivo da UE	75%	10%	50%	Redução em um terço da taxa de risco de pobreza persistente no período
Previsões da UE	73,70%-74%	10,30%-10,50%	30,30%	2007-2012 ou em 1 600 000 pessoas
Portugal	75%	10%	40%	200 000
Espanha	74%	15%	44%	1 400 000 - 1 500 000
Itália	67%-69%	15%-16%	38%	235 000
Irlanda	69-71%	8%	60%	186 000 até 2016

Nota: As metas não se encontravam disponíveis para GR.

Fonte: Comissão Europeia, Estratégia da Europa.

²⁷ Ver http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/targets_pt.pdf.

